

Nufarm Indústria
Química e
Farmacêutica S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de julho de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	4
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Fortaleza, 25 de outubro de 2018

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S/A (Relatório da Administração)


O exercício fiscal 2018 (Agosto'17 a Julho'18) foi marcado por um ano de muitos desafios devido à volatilidade da moeda americana e à manutenção do cenário restritivo de fornecimento de matérias-primas por parte das indústrias chinesas. Mesmo convivendo nesse ambiente de pressão sobre os custos e incertezas em relação à economia brasileira, conseguimos alcançar resultados expressivos no ano corrente, como a ampliação da nossa participação no mercado de defensivos agrícolas, a expansão de nossa capacidade de produção, o crescimento das vendas e a gestão mais eficiente do capital de giro.

As vendas cresceram 21% em relação ao ano anterior, impulsionadas pelo lançamento de produtos com maior valor agregado e pelo incremento do volume de vendas dos produtos já existentes em nosso portfólio. Por outro lado, as despesas apresentaram um aumento em relação ao ano anterior, basicamente em função do crescimento das vendas e do maior nível de investimentos previstos para o ano corrente. Esses investimentos fazem parte da estratégia de crescimento de longo prazo da companhia e geração de valor aos stakeholders.

Temos um importante papel na cadeia de alimentos, apoiando os agricultores brasileiros a produzir mais e melhor e promovemos o desenvolvimento sustentável através de ações de responsabilidade social e ambiental, com investimentos significativos que fizeram e continuarão fazendo a diferença na vida das pessoas.

Sustentados por uma estratégia clara, foco em execução e comprometimento na entrega de resultados e na garantia da sustentabilidade da companhia, tivemos conquistas importantes durante o ano, como a gestão eficiente de Recebíveis e Inventários, levando a uma importante redução na média de capital de giro em relação as vendas, possibilitando um melhor desempenho no resultado financeiro e uma maior lucratividade em relação ao ano anterior. A intensificação do esforço da companhia em melhorar a gestão do capital de giro foi possível através de uma estratégia mais eficiente de crédito e cobrança, aliada às condições climáticas favoráveis e ao bom desempenho da Safra.

Esses resultados reforçam que a base estratégica da companhia está bem definida e que estamos adotando as medidas necessárias para garantir o crescimento consistente do nosso negócio e fortalecer a nossa participação nas culturas de Soja, Milho, Cana-de-açúcar, Pastagem e culturas TNVV (café, citrus, tomate, batata e uva), entregando produtos diferenciados, gerando valor para nossos clientes e contribuindo para a construção de um amanhã melhor.



Gilberto Schiavinato.
Diretor Presidente do Brasil



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Sala 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3307-5100, Fax +55 (85) 3307-5101
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da
Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.
Maracanaú - CE**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de julho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. em 31 de julho de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Critérios para determinação da provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber

Veja a Nota 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia analisa periodicamente o seu contas a receber com o objetivo de determinar a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. Os critérios para determinação da perda por redução ao valor recuperável do contas a receber são documentados em políticas internas e compreendem, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas significativas pela administração da Companhia, que incluem histórico de perdas, fatores externos e internos e, um alto grau de subjetividade quanto aos valores em discussão judicial.</p> <p>O recebimento dos saldos de contas a receber é um elemento-chave na gestão de capital empregado da Companhia. Conforme divulgado na nota 11, a Administração considera o tempo de atraso e a expectativa de perda futuras o contas a receber, as garantias existentes e a performance individual dos clientes para fins de determinação da provisão para perdas do contas a receber.</p> <p>Devido à relevância do contas a receber, o uso do julgamento e de premissas significativas para a determinação da provisão para perdas do contas a receber e dos valores em discussão judicial, e que quaisquer alterações poderiam impactar de forma relevante as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Avaliação dos critérios utilizados pela Companhia para determinar potenciais perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber e dos valores em discussão judicial. Isso incluiu a avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos.▪ Avaliação quanto a suficiência e razoabilidade dos critérios, premissas e dados utilizados pela Companhia para determinar as dificuldades financeiras do devedor, probabilidade de insolvência e outros fatores indicativos da deterioração do crédito, atentando para políticas de recebimento de créditos de difícil liquidação em comparação com dados históricos, a existência de garantias e acordos judiciais, e recalculamos o saldo da perda por redução ao valor recuperável com base no prazo de atraso do contas a receber.▪ Avaliação da adequação das divulgações em notas explicativas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos, consideramos aceitáveis a provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber e das respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

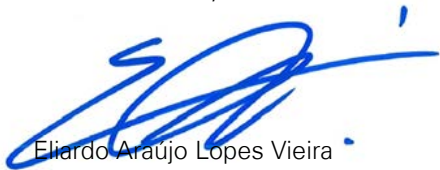
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de outubro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Eliardo Araújo Lopes Vieira
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de julho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017	2018	2017
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	104.172	31.992	109.814	36.429	Fornecedores	22	712.485	503.244	724.531	512.490
Aplicações financeiras	10	-	1.843	-	1.843	Empréstimos e financiamentos com instituições financeiras	23	148.860	317.964	159.836	328.609
Contas a receber de clientes	11	796.386	831.735	817.084	856.311	Financiamentos de tributos	24	3.638	3.078	3.638	3.078
Estoques	12	470.580	271.706	487.494	280.443	Empréstimos - Partes relacionadas	13	74.284	59.110	74.284	59.110
Impostos a recuperar	14	80.223	61.336	81.622	62.363	Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	25	52.600	32.275	58.117	36.281
Adiantamentos		1.837	1.312	1.854	1.313	Juros sobre capital próprio		-	38.310	-	18.419
Empréstimos concedidos - Partes relacionadas	13	6.109	9.989	6.109	9.989	Adiantamentos de clientes		25.664	18.294	25.753	38.310
Outros créditos	15	17.042	10.978	17.297	11.093	Outras contas a pagar	26	46.308	52.395	46.337	52.395
		<u>1.476.349</u>	<u>1.220.891</u>	<u>1.521.274</u>	<u>1.259.784</u>			<u>1.063.839</u>	<u>1.024.670</u>	<u>1.092.496</u>	<u>1.048.692</u>
Não circulante						Não circulante					
Aplicações financeiras	10	20.657	19.283	20.657	19.283	Fornecedores	22	10.882	9.073	10.882	9.073
Contas a receber de clientes	11	212.764	211.586	212.764	211.586	Empréstimos e financiamentos com instituições financeiras	23	283.842	90.510	284.076	90.571
Impostos a recuperar	14	45.958	52.706	45.958	52.706	Financiamentos de tributos	24	6.301	5.661	6.301	5.661
Ativo fiscal diferido	17	38.537	39.138	34.095	35.645	Provisão para contingências	27	290	290	290	290
Depósitos judiciais	16	11.463	8.874	11.463	8.874			<u>301.315</u>	<u>105.534</u>	<u>301.549</u>	<u>105.595</u>
Empréstimos concedidos - Partes relacionadas	13	-	11.678	-	11.678	Patrimônio líquido					
Bens destinados a venda		6.875	5.231	6.875	5.231	Capital social	28	793.289	793.289	793.289	793.289
Outros créditos	15	43	1.150	43	1.150	Reservas de capital	28	(13.616)	(14.512)	(13.616)	(14.512)
Realizável a longo prazo		<u>336.297</u>	<u>349.646</u>	<u>331.855</u>	<u>346.153</u>	Reservas de lucros	28	51.234	39.337	51.234	39.337
Imobilizado	20	74.127	57.010	75.783	58.229	Prejuízos acumulados	28	(132.127)	(189.915)	(132.127)	(189.915)
Investimentos	18	31.394	27.523	49	11.496			<u>698.780</u>	<u>628.199</u>	<u>698.780</u>	<u>628.199</u>
Outros Investimentos	19	54.259	30.124	54.259	30.124	Participação acionistas não controladores		-	-	-	15.398
Intangíveis	21	91.508	73.209	109.605	92.098						
Total ativo não circulante		<u>587.585</u>	<u>537.512</u>	<u>571.551</u>	<u>538.100</u>						
Ativo total		<u>2.063.934</u>	<u>1.758.403</u>	<u>2.092.825</u>	<u>1.797.884</u>	Passivo total		<u>2.063.934</u>	<u>1.758.403</u>	<u>2.092.825</u>	<u>1.797.884</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de julho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita de vendas	29	2.064.882	1.708.522	2.113.441	1.753.237
Custos dos produtos vendidos e das mercadorias revendidas	30	<u>(1.488.600)</u>	<u>(1.216.883)</u>	<u>(1.513.439)</u>	<u>(1.242.919)</u>
Lucro bruto		<u>576.282</u>	<u>491.639</u>	<u>600.002</u>	<u>510.318</u>
Outras receitas	31	30.357	31.681	31.104	32.875
Despesas de vendas	32	(264.095)	(194.686)	(270.291)	(198.894)
Administrativas e gerais	33	(118.679)	(101.124)	(126.991)	(108.648)
Despesas tributárias		(11.747)	(10.998)	(12.002)	(11.191)
Outras despesas	34	(14.505)	(8.534)	(14.505)	(8.534)
Resultado de equivalência patrimonial		4.511	1.757	-	1.757
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>202.124</u>	<u>209.735</u>	<u>207.317</u>	<u>217.683</u>
Receitas financeiras	35	162.183	44.992	163.630	46.746
Despesas financeiras	35	<u>(280.582)</u>	<u>(169.975)</u>	<u>(284.430)</u>	<u>(173.492)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(118.399)</u>	<u>(124.983)</u>	<u>(120.800)</u>	<u>(126.746)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>83.725</u>	<u>84.752</u>	<u>86.517</u>	<u>90.936</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	4.840	(17.401)	3.892	(18.350)
Incentivo lucro da exploração	37	8.913	516	8.913	516
Imposto de renda e contribuição social correntes	37	<u>(29.120)</u>	<u>(3.996)</u>	<u>(31.786)</u>	<u>(5.786)</u>
Lucro do exercício		<u>68.358</u>	<u>63.871</u>	<u>67.536</u>	<u>67.316</u>
Resultado atribuído para					
Acionistas controladores		68.358	63.871	68.358	63.871
Acionistas não controladores		-	-	(822)	3.445
Lucro líquido do exercício		<u>68.358</u>	<u>63.871</u>	<u>67.536</u>	<u>67.316</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de julho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício	<u>68.358</u>	<u>63.871</u>	<u>67.536</u>	<u>67.316</u>
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças de valor justo	<u>-</u>	<u>1.187</u>	<u>-</u>	<u>1.187</u>
Resultado abrangente total	<u>68.358</u>	<u>65.058</u>	<u>67.536</u>	<u>68.503</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de julho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Nota	Reserva de capital				Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total controladora	Acionistas não controladores	Total consolidado
	Capital social	Incentivos fiscais	Opção de Compra	Reserva Especial	Incentivos fiscais						
Saldos em 01 de agosto de 2016	<u>793.289</u>	<u>3.431</u>	<u>(15.033)</u>	<u>-</u>	<u>31.508</u>	<u>(1.187)</u>	<u>(226.360)</u>	<u>585.648</u>	<u>14.241</u>	<u>599.889</u>	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	63.871	63.871	3.446	67.317	
Reserva de incentivos fiscais	28	-	-	-	7.829	-	(7.829)	-	-	-	
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	1.187	-	1.187	-	1.187	
Put options	28	-	(2.910)	-	-	-	-	(2.910)	-	(2.910)	
Distribuição de juros sobre capital próprio	28	-	-	-	-	-	(19.597)	(19.597)	-	(19.597)	
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.289)	(2.289)	
Saldos em 31 de julho de 2017	<u>793.289</u>	<u>3.431</u>	<u>(17.943)</u>	<u>-</u>	<u>39.337</u>	<u>-</u>	<u>(189.915)</u>	<u>628.199</u>	<u>15.398</u>	<u>643.597</u>	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	68.358	68.358	-	68.359	
Reserva de incentivos fiscais	28	-	-	-	11.897	-	(10.571)	1.326	-	1.326	
Put options	28	-	17.943	-	-	-	-	17.943	-	17.943	
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.398)	(15.398)	
Reserva especial de ágio na incorporação	28	-	-	(17.047)	-	-	-	(17.047)	-	(17.047)	
Saldos em 31 de julho de 2018	<u>793.289</u>	<u>3.431</u>	<u>-</u>	<u>(17.047)</u>	<u>51.234</u>	<u>-</u>	<u>(132.128)</u>	<u>698.779</u>	<u>-</u>	<u>698.780</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de julho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	68.358	63.871	67.536	67.316
Ajustado por :				
Depreciação e amortização	8.566	6.981	9.741	8.165
Alienação e/ou baixa de imobilizado, diferido e intangível	(920)	7	(1.251)	219
Varição cambial por competência	47.580	(2.947)	47.580	(2.947)
Rendimento de aplicações financeiras	(1.374)	-	(1.374)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(4.840)	20.190	(3.892)	22.928
Provisão para redução do valor recuperável do contas a receber	15.625	(13.286)	16.017	(13.420)
Ajuste a valor presente	3.629	(28.545)	3.629	(28.545)
Provisão para contingências	-	(4.988)	-	(4.988)
Provisão para rebates	4.131	726	4.131	726
Provisão para fretes	2.690	(2.725)	2.690	(2.725)
Equivalência patrimonial	(4.511)	1.757	-	1.757
Provisão para perda do estoque	1.206	-	1.206	-
Despesas de juros	38.292	52.286	39.140	53.822
Outros	1.879	-	1.879	-
Excesso FIDC (CRA/FIDC)	(3.755)	-	(3.755)	-
	<u>176.556</u>	<u>93.327</u>	<u>183.277</u>	<u>102.308</u>
Variações:				
Contas a receber de clientes	47.247	(193.436)	50.797	(201.042)
Aplicações Financeiras	1.843	(3.979)	1.843	(3.979)
Estoques	(200.080)	(4.401)	(208.257)	(1.270)
Impostos a recuperar	(12.139)	(6.233)	(12.511)	(6.413)
Adiantamentos	(525)	222	(525)	222
Outros créditos	(4.957)	9.134	(5.113)	9.435
Depósitos judiciais	(2.589)	1.415	(2.589)	1.415
Bens destinados a venda	(1.644)	(583)	(1.644)	(583)
Fornecedores	285.316	81.271	288.050	84.879
Fornecedores - Partes relacionadas	(121.864)	(19.739)	(121.864)	(19.739)
Financiamento de tributos	1.200	752	1.200	752
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	25.767	8.014	28.636	8.959
Adiantamentos de clientes	7.370	(44.686)	7.334	(44.617)
Dividendos/lucros a pagar	-	-	-	(2.548)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	10	(1.358)	(99)
Outras contas a pagar	(29.591)	7.571	(29.562)	7.571
	<u>(4.646)</u>	<u>(164.668)</u>	<u>(5.563)</u>	<u>(167.057)</u>
Fluxo de caixa proveniente/usado nas atividades operacionais	<u>171.910</u>	<u>(71.341)</u>	<u>177.714</u>	<u>(64.749)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimento	(18.881)	1.187	(18.881)	1.187
Redução de empréstimos concedidos - partes relacionadas	17.252	1.833	17.252	1.833
Aumento/diminuição de investimentos	(20.379)	17.655	(20.379)	17.655
Recebimento de dividendos	1.921	-	-	-
Aquisição de imobilizado	(26.398)	(9.301)	(27.375)	(9.671)
Alienação e/ou baixa de imobilizado, diferido	5.161	-	5.658	-
Aquisição de intangível	(21.825)	(2.138)	(21.836)	(2.138)
Fluxo de caixa proveniente/usado nas atividades de investimento	<u>(63.149)</u>	<u>9.236</u>	<u>(65.561)</u>	<u>8.866</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	-	-	(1.846)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(772.600)	(502.430)	(781.415)	(512.533)
Empréstimos e financiamentos tomados	576.155	548.223	584.629	554.781
Captação de debêntures	197.822	-	197.822	-
Juros pagos	(37.958)	(54.245)	(37.958)	(54.245)
Empréstimos de partes relacionadas	-	(2.061)	-	(2.061)
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento	<u>(36.581)</u>	<u>(10.513)</u>	<u>(38.768)</u>	<u>(14.058)</u>
Aumento/diminuição de caixa e equivalente de caixa	<u>72.180</u>	<u>(72.618)</u>	<u>73.385</u>	<u>(69.941)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	31.992	104.610	36.429	106.370
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u>104.172</u>	<u>31.992</u>	<u>109.814</u>	<u>36.429</u>
	<u>72.180</u>	<u>(72.618)</u>	<u>73.385</u>	<u>(69.941)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1961, com sede na Avenida Parque Sul, nº 2.138, 1º Distrito Industrial de Maracanaú - Ceará.

A atividade preponderante da Companhia é a produção e comercialização de defensivos agrícolas, fitossanitários, domissanitários, adubos e fertilizantes. Além disso, possui participação na empresa Atlântica Sementes S.A. desde novembro de 2013, conforme apresentado na nota explicativa nº 2.

A Companhia opera com centros de distribuição nos estados do Ceará, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Tocantins, Bahia e Goiás com a finalidade de melhor atender aos clientes da linha de consumo, além de facilitar a movimentação de produtos acabados e contribuir para melhor armazenagem dos produtos. A Companhia oferece ao agricultor um amplo portfólio para culturas de citros, cana de açúcar, café, milho, tomate, feijão, soja, algodão, batata e pastagem.

2 Entidades do grupo

Segue abaixo as informações sobre a controlada da Companhia:

	Participação acionária (%)				
	31/07/2018		31/07/2017		
País	Direta	Indireta	Direta	Indireta	
Atlântica Sementes S.A.	Brasil	100%	-	51%	-

Atlântica Sementes S.A.

Em 29 de dezembro de 2017, a participação da Companhia, passou a ser 100% (51% em 2017) do capital social da Atlântica Sementes S.A., companhia de capital fechado, que tem sua sede à Rua João Negrão, 731, conjunto 1801, centro, Curitiba-PR. Constituída em 17 de junho de 2003 como sociedade limitada e transformada em sociedade anônima de capital fechado em 11 de março de 2013.

A Matriz está instalada em Curitiba, estado do Paraná, e coordena todas as atividades da Companhia. Em Rio Verde, Estado de Goiás, estão instalados os campos de produção de sementes. A Companhia tem por objeto social:

- Produção, comercialização e distribuição de sementes, produtos e serviços para a agricultura;
- Comércio em geral, importação, exportação de sementes e produtos para a agricultura;
- Pesquisa e assessoramento técnico em geral;
- Realizar quaisquer atividades relativas, complementares, afins ou necessárias à consecução de seu objeto social.
- Investir em outras sociedades.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de julho de 2018 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 25 de outubro de 2018.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentados em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada para a contabilização dos valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas retrospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 2** - Consolidação: Determinação se a Companhia e sua controladora detém de fato controle sobre uma investida.
- **Nota 19** - FIDC: Determinação se a Companhia e sua controlada detém de fato controle sobre este investimento.
- **Nota 28** - Patrimônio Líquido (*Hedge Accounting*): A identificação de relações de hedge entre objetos protegidos e os instrumentos de proteção (instrumentos financeiros derivativos e/ou não derivativos) envolve julgamentos críticos relacionados à efetiva existência da relação de proteção e de sua efetividade. A Companhia e sua controlada avalia continuamente o alinhamento entre as relações de *hedge* identificadas e os objetos e estratégia de sua política de gestão de risco.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas:

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de julho de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 11** - Contas a receber de clientes (provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber);
- **Nota 17** - Ativo fiscal diferido: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 20** - Depreciação do imobilizado::definição da vida útil;
- **Nota 21** - Amortização do intangível;
- **Nota 27** - Provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota 36** - Instrumentos financeiros (valorização dos instrumentos financeiros).

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (“R\$ mil”), e foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial:

- os instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Participação de acionistas não-controladores

Para cada combinação de negócios, a Companhia elege mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida. Na incorporação da Atlântica Sementes S.A., a participação de não controladores foi valorizada com base na participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Controlada

As demonstrações financeiras da controlada é incluída nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada é reconhecida através do método de equivalência patrimonial.

(iii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada.

Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é reconhecida quando existem evidências convincentes de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável a concessão de descontos e seu valor possa ser mensurado de maneira confiável, o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional no momento em que as vendas são reconhecidas.

c. Subvenção e assistência governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício estão sendo cumpridas pela Companhia.

Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e sua controlada compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ganhos/perdas nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

e. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado, exceto quando a transação é qualificada e designada para contabilidade de hedge (*hedge accounting*), onde é reconhecido em outros resultados abrangentes.

f. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Imposto de renda e contribuição social - Correntes e Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais do imposto de renda.

(i) Corrente

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários vigentes na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

(ii) Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão de todas as diferenças temporárias e de créditos fiscais não utilizados, em que seja provável a existência de base tributável positiva, na qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisto a cada data do balanço. Através dessa revisão é verificada a possibilidade de ajustes fundamentado nas perspectivas de lucros tributáveis de exercícios futuros, com base em testes de recuperabilidade.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

Os detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº 17.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos gastos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal de operação.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, além dos custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e sua controlada.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquidos de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações	20-60 anos
Máquinas e equipamentos	5-40 anos
Instalações	10-35 anos
Móveis e utensílios	4-15 anos
Laboratório	10-20 anos
Veículos	3-10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j. Ativos intangíveis e ágio

(i) Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e sua controlada tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(iii) Outros intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(v) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Software	10 anos
Custos de desenvolvimento	5 anos
Marcas e Patentes	30 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

k. Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justos por meio do resultado, ativos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e Desreconhecimento

A Companhia e sua controlada reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes nas disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia e sua controlada desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando a Companhia e sua controlada tenha o direito legal de compensá-los e a intenção de quitá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, serão constituídos a alíquota de 25% conforme definido em estatuto.

(v) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção dos riscos relacionados a variação de moeda estrangeira nos contratos de financiamentos. Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato

derivativo é firmado, sendo reavaliado subsequentemente também ao valor justo. Tais derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes da transação do valor justo dos derivativos durante o exercício são registrados diretamente na demonstração do resultado financeiro, exceto quando o derivativo for qualificado e designado para contabilidade de hedge de fluxo de caixa (*hedge accounting*).

No início da contabilidade de *hedge*, a Companhia elabora documentação formal da relação de hedge e do objetivo e estratégia da gestão de risco.

As relações de *hedge* que se qualificam como *hedge accounting* são:

- (i) *Hedge* de fluxo de caixa: quando se refere a hedge de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa, que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável.

Para *hedges* qualificados como de fluxo de caixa, a Companhia designa instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, sendo a parcela efetiva dos ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e transferida para o resultado financeiro quando o item protegido for efetivamente realizado. A parcela não efetiva do hedge é registrada no resultado financeiro do período.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é liquidado antecipadamente, quando um hedge não atende mais aos critérios de contabilização de hedge ou quando a Administração decide revogar a designação de *hedge accounting*, o ganho ou perda acumulado permanece reconhecido no patrimônio na conta de outros resultados abrangentes. A reclassificação do ganho ou perda para o resultado é realizada quando a transação prevista ocorre, quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado.

I. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido à Companhia e sua controlada em condições diferentes das consideradas em outras transações; e (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e sua controlada considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia e sua controlada utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e sua controlada considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia e sua controlada tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar uma obrigação; (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e o aumento decorrente da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados ou após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

a. CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas, aplicável no reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes. Esse novo pronunciamento tem como princípio fundamental o reconhecimento da receita quando da transferência de controle dos bens e serviços para o cliente e por um montante que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços. Este pronunciamento entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Se determinados critérios forem cumpridos, a receita é reconhecida:

- ao longo do tempo, de forma a refletir o desempenho da entidade; ou
- em um momento específico no tempo, quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente.

A Companhia realizou uma revisão do potencial impacto da adoção do CPC 47 e avaliou todas as etapas relativas ao reconhecimento da receita:

- 1. Identificação do contrato com o cliente** - Todos os termos de contratos têm essência comercial e contemplam os direitos aos produtos, estabelecem condições de pagamento, seu recebimento da contraprestação é provável e as partes estão comprometidas com suas obrigações.
- 2. Identificação das obrigações de desempenho** - Os contratos com os clientes foram identificados e não há nenhum elemento de serviço embutido no preço dos produtos, como transporte ou garantias, portanto não há combinação de contratos ou de obrigações de desempenho. O grupo também não dispõe de direitos materiais, como programas fidelidade, cupons, cartões presentes ou descontos sobre compras futuras.
- 3. Determinação do preço da transação** - Como o preço de transação praticado pela Companhia não contém elemento de financiamento então não será necessário ajustar o valor prometido da contraprestação ao preço à vista. De acordo com o CPC 47, a entidade não precisa ajustar o preço da transação em um contrato para os efeitos de um componente de financiamento significativo se espera receber o pagamento em até 12 meses antes ou após a transferência dos bens ou serviços prometidos.

4. **Alocação do preço às obrigações de desempenho** - Todas as contraprestações variáveis como rebates e ajustes por redução do preço ofertado (equalização) são contabilizadas em conta redutora da receita, portanto a forma de contabilização dessas obrigações já atende aos requisitos da norma.
5. **Reconhecimento da Receita** - A norma define que o reconhecimento da receita deve acontecer no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, substituindo as atuais normas relativas ao reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30. A Companhia define que o reconhecimento da receita deve acontecer no momento em que os riscos, controle e gestão dos benefícios (posse física do ativo) foram transferidos para o cliente.

O resultado desse estudo mostra que a adoção do CPC 47 não terá impactos significativos nos lucros acumulados do grupo em 1º de agosto de 2018, uma vez que os novos requerimentos do CPC 47 não alteram significativamente a forma como a Companhia já contabiliza os seus contratos com clientes.

b. CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e é aplicável para a Companhia e sua controlada a partir de 1º de agosto de 2019, e substituiu as orientações existentes no CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, bem como novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

O impacto efetivo da adoção do CPC 38 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 foi avaliado com foco nas áreas a seguir:

(i) Classificação - Ativos e passivos financeiros

O CPC 48 contém três categorias de classificação principais para ativos financeiros: mensurados pelo *custo amortizado*, *valor justo através de outros resultados abrangentes* e *valor justo por meio do resultado*. O padrão elimina as categorias existentes no CPC 38 de *mantidos até o vencimento*, *empréstimos e recebíveis* e *disponíveis para venda*.

(ii) Impairment - Ativos financeiros e ativos contratuais

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

O grupo optou pelo modelo simplificado uma vez que seus recebíveis e ativos contratuais não tem um componente de financiamento significativo, ou seja, recebíveis com menos de 365 dias no início do contrato. Esse modelo inclui uma matriz de provisões como alternativa para mensuração de perda de crédito esperada e exige que a companhia reconheça as provisões para perda de crédito a cada data de reporte.

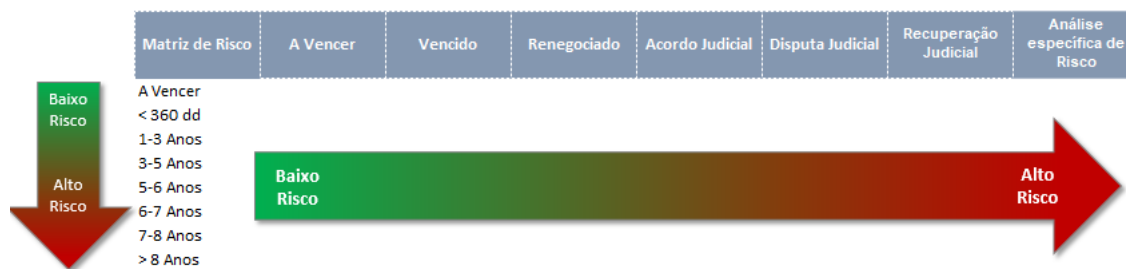
Como o CPC 48 não define exatamente o que é um aumento significativo no risco de crédito, a administração optou por estabelecer regras que indicam um aumento significativo no risco de crédito com base em fatos e circunstâncias específicas. A avaliação é composta por elemento quantitativo, elemento qualitativo e possíveis indicativos de inadimplência, como atrasos, renegociações, disputas judiciais, performance da safra, etc.

Tendo em vista que o CPC 48 não fornece diretrizes gerais sobre como a perda esperada de crédito deve ser medida, a Companhia reconhece a combinação de perdas de crédito esperadas em uma base coletiva e individual. Para mensurar coletivamente as perdas de crédito, a Companhia dividiu os recebíveis em grupos, considerando as características de risco de perda de seus recebíveis e aplicou taxas progressivas de risco para cada grupo (*forward-looking*):

- **Recebíveis a vencer** - Contas a receber no vencimento com taxa de perda de crédito baseada em dados históricos;
- **Recebíveis vencidos** - Contas vencidas há menos de 120 dias;
- **Recebíveis renegociados** - Contas a receber inicialmente vencidas mas que foram renegociadas administrativamente e tiveram seus prazos estendidos;
- **Acordo judicial** - Contas a receber de clientes que estavam sob disputa judicial, cujo acordo foi celebrado entre as partes.
- **Disputa judicial** - Contas a receber que estão sob disputa na esfera judicial.

A avaliação individualizada do risco tem como base fatores qualitativos que não são capturados através do modelo estatístico. Nessa avaliação, é levado em consideração o contexto individual e as especificidades do cliente que requer uma análise separada, tais como:

- **Recuperação Judicial - RJ** - Quando houver indícios em que o cliente entrar em processo de recuperação judicial, ou outra reorganização financeira. Nesse caso, a companhia determinou em política que os recebíveis devem ser provisionados com base no histórico de perda nesses casos de RJ.
- **Análise específica de risco** - sempre que a Companhia tiver informações suficientes sobre o status de um cliente que possa levar a um *default* completo, esse devedor será tratado separadamente da matriz e esse recebível será 100% provisionado como perda.



A Companhia estima que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar no momento da doção e tenderão a se tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo do CPC 48.

A Companhia estimou que a aplicação dos requerimentos de *impairment* estabelecidas no CPC 48 resultará em perdas por redução ao valor recuperável de R\$ 11.400 para perda de crédito e R\$ 2.800 de perda esperada de recebíveis alocados aos programas de securitização. Esses valores serão lançados diretamente em conta própria do Patrimônio Líquido no momento da adoção inicial.

Os recebíveis que foram incluídos em programas de securitização com direito de regresso serão avaliados pela matriz de provisão, considerando que nesses programas os recebíveis permanecem sob responsabilidade total da Companhia. Como os riscos e responsabilidades não foram transferidos para o comprador, os recebíveis permanecem reconhecidos nos livros da empresa até o pagamento do cliente.

Os recebíveis que foram incluídos em programas de securitização sem direito de regresso não terão a perda de crédito esperada avaliada pela matriz de provisão, considerando que ela envolve uma venda real dos recebíveis. Conseqüentemente, os riscos foram transferidos e os ativos foram desconhecidos.

(iii) Contabilidade de hedge

O CPC 48 exigirá que a Companhia assegure que as operações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia e que uma abordagem mais qualitativa e prospectiva de avaliação de sua efetividade seja aplicada. O CPC 48 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de *hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. A Companhia atualmente não tem instrumentos financeiros nesta modalidade.

c. CPC 06 (R2) Arrendamentos mercantis

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia está avaliando todos seus contratos de serviços e locação a fim de evidenciar qualquer impacto previsto na nova norma. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois o CPC 06 (R2) substituiu a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. A Companhia ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais. Não é previsto qualquer impacto significativo nos contratos de arrendamento financeiro da Companhia.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	104.172	31.992	109.814	36.429
Total	104.172	31.992	109.814	36.429

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem disponibilidades em conta corrente bancária e caixa e aplicações de liquidez imediata.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente por instrumentos em renda fixa, possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, à rentabilidade média de 60% (50% em 2017). A modalidade de aplicação utilizada foi a compromissada com lastro de terceiros, sem IOF, para gestão de caixa de curto prazo, porém com taxas nominais menores que as operações com IOF.

Esses ativos estão destinados à negociação imediata e utilizados na operação da Companhia, por essa razão, a Companhia e sua controlada os considerou como caixa e equivalentes de caixa, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa e, portanto, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa apresentados nesta nota explicativa e os saldos considerados na demonstração do fluxo de caixa. Não existem saldos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato pela Companhia e sua controlada, por isso não tem variação significativa no caso de resgate antecipado.

10 Aplicações financeiras

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Aplicação Financeira CP	-	1.843
LFT - Pós-Fixado	20.657	19.283
Total	20.657	21.126
Circulante	-	1.843
Não circulante	20.657	19.283

A aplicação em letras financeiras do tesouro - LFT (título público federal) trata-se de um título pós-fixado, cuja remuneração é dada pela variação da taxa SELIC diária registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento do título é 01/03/2020.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxa de juros e de mercado estão divulgadas na nota explicativa nº 36.

11 Contas a receber de clientes

Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Duplicatas a receber no país	915.011	938.733	935.088	962.094
Duplicatas a receber no exterior	-	-	1.773	1.998
Contas a receber - partes relacionadas (nota explicativa nº 13)	8.913	6.163	8.780	6.006
Confissão de dívida	75.486	118.299	75.485	118.299
Cheques em cobrança	526	600	526	600
Acordo judicial	68.057	23.011	68.057	23.011
(-) Ajuste a valor presente	(14.051)	(14.319)	(14.051)	(14.319)
Subtotal	<u>1.053.942</u>	<u>1.072.487</u>	<u>1.075.658</u>	<u>1.097.689</u>
(-) Provisão para valor recuperável do contas a receber	(44.792)	(29.166)	(45.810)	(29.792)
Total	<u>1.009.150</u>	<u>1.043.321</u>	<u>1.029.848</u>	<u>1.067.897</u>
Circulante	<u>796.386</u>	<u>831.735</u>	<u>817.084</u>	<u>856.311</u>
Não circulante	<u>212.764</u>	<u>211.586</u>	<u>212.764</u>	<u>211.586</u>

Composição da carteira por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Duplicatas a vencer	908.718	904.640	928.156	928.609
Vencidas até 60 dias	11.905	20.175	12.845	20.487
Vencidas entre 61 a 120 dias	16.274	24.224	16.539	24.346
Vencidas entre 121 a 180 dias	1.481	1.634	1.587	1.823
Vencidas entre 181 a 360 dias	3.373	8.826	3.393	9.593
Vencidas há mais de 360 dias	103.278	106.825	104.359	106.825
Partes relacionadas	8.913	6.163	8.779	6.006
Total	<u>1.053.942</u>	<u>1.072.487</u>	<u>1.075.658</u>	<u>1.097.689</u>

O monitoramento da adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes é feito regularmente pela Administração, que faz uma análise global dos atrasos, avaliando o valor e as características dos créditos da Companhia e sua controlada e levando em consideração: (i) o conhecimento do mercado de atuação pela Administração; (ii) a performance individual dos clientes (iii) o cenário macroeconômico e climático; (iv) tempo de atraso e expectativa de perda futura; e (v) as garantias atreladas.

A Companhia e sua controlada possuem garantias reais e seguro de crédito cobrindo aproximadamente 70% de sua carteira total e constitui provisão para redução ao valor recuperável para valores que apresentem risco efetivo de perda.

As perdas estimadas para provisão de perdas para redução ao valor recuperável, deverá ser realizada se, e apenas se, existir evidência objetiva de perda no valor recuperável do ativo, após esgotadas todas tentativas de execução da dívida na esfera judicial e administrativa, pois a Companhia e sua controlada não registram perdas quando os créditos possuem garantia ou quando há outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos. A Companhia e sua controlada mantém seu quadro jurídico voltado ao acompanhamento dos processos além de funcionários voltados para atividade de recuperação de crédito.

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável é apresentada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de agosto de 2016	42.453	43.213
Constituição de provisão	30.071	30.793
Reversões/baixas	(43.358)	(44.214)
Saldo em 31 de julho de 2017	29.166	29.792
Constituição de provisão	17.064	18.381
Reversões/baixas	(1.438)	(2.363)
Saldo em 31 de julho de 2018	44.792	45.810

Ajuste a valor presente

O cálculo do valor presente do contas a receber de clientes é efetuado individualmente com base na taxa de juros que reflete o prazo e a moeda de cada transação. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base no método do custo amortizado ao longo do prazo de vencimento da transação.

A taxa utilizada no cálculo do ajuste é revisada mensalmente, tomando como base o prazo negociado com o cliente e o período de carência concedido na transação, com a finalidade de identificar a taxa média praticada no período. Neste exercício as taxas médias utilizadas para cálculo das duplicatas são as seguintes: (i) 0,89% a.m. (1,17% a.m. em 2017) para títulos em Reais e (ii) 0,56% a.m. (0,60% a.m. em 2017) para títulos em Dólar, mantendo o prazo médio de vencimento em 232 dias.

Para os títulos que tiveram seus vencimentos renegociados com o cliente o ajuste é revisado mensalmente, tomando como base as seguintes taxas: (i) 1,50% a.m. (1,50% a.m. em 2017) para títulos em Reais e (ii) 1,30% a.m. (1,30% a.m. em 2017) para títulos em Dólar Americano, mantendo o prazo no último dia de cada mês.

Garantias

A Companhia e sua controlada atuam como responsável subsidiária em operações de Crédito Rural (modalidade de financiamento), por meio de fiança em contratos firmados junto aos bancos Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Citibank em favor de seus clientes, em montantes equivalentes ao valor dos financiamentos de R\$ 114.497 em 31 de julho de 2018 (R\$ 75.213 em 2017).

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber de clientes e outros recebíveis’, está divulgada na nota explicativa 36.

12 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Produtos acabados	117.960	59.188	134.874	67.925
Produtos em elaboração	13	13	13	13
Matérias-primas	80.004	34.347	80.004	34.347
Materiais de embalagens	3.678	4.805	3.678	4.805
Mercadoria para revenda	60.792	32.334	60.792	32.334
Produtos em trânsito	13.515	2.765	13.515	2.765
Importações em andamento	151.264	126.749	151.264	126.749
Estoque em poder de terceiros	43.354	11.505	43.354	11.505
Total	470.580	271.706	487.494	280.443

O ajuste a valor presente referente ao saldo de fornecedores que é proporcionalmente registrado nos estoques, está apresentado no montante R\$ 3.656 (R\$ 2.356 em 2017), como é exigido pelo CPC 12 - “ajuste a valor presente” e foi calculado a taxas anuais de 9,857% para fornecimentos no mercado nacional e 5,917% para os fornecimentos do mercado do exterior (mercado nacional 13,26% e mercado internacional 5,327% em 2017).

13 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de julho de 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem, principalmente, de transações entre a Companhia e outras empresas ligadas direta ou indiretamente ao acionista controlador.

A seguir apresentamos a relação de empresas com as quais a Companhia mantém transação:

Partes relacionadas	Principal natureza das transações
Nufarm S.A. - Argentina	Venda de produtos acabados;
Nufarm Austrália Limited	Compra de matéria-prima, aquisição de intangível em 2005 e recebimento de recursos a título de mútuos com juros médios de 4,98% a.a. (4,98% a.a. em 2017);
Nufarm Americas Inc.	Compra de matéria-prima;
Nufarm Chile	Venda de produtos acabados;
Nufarm Colômbia	Venda de produtos acabados;
Nufarm New Zeland Limited	Compra de matéria-prima;
Nufarm GMBH & Co.KG	Compra de matéria-prima e aquisição de intangível (em 2005);
Nufarm do Brasil Ltda.	Aquisição de intangível (em 2005) com atualização de juros de 4,66% a.a. (4,66% a.a. em 2017);
Nufarm B.V.	Aquisição de intangível (em 2005) com atualização de juros de 4,66% a.a. (4,66% a.a. em 2017);
Nufarm SAS (França)	Aquisição de intangível em 2005;
Nufarm Suisse Sarl	Compra de matéria-prima;
Nufarm Treasury PTY Ltd	Recebimento de recursos a título de mútuo com juros médio de 4,98% a.a. (4,98% a.a. em 2017);
Nufarm Services	Compra de matéria-prima e produtos acabados;
Nufarm Crop Products UK Limited	Rateio das despesas globais da área de desenvolvimento de produtos;
Nuseed Global Innovation LTD	Participação em Sociedades;

Partes relacionadas	Principal natureza das transações
Nuseed South América Ltda.	Rateio de despesas;
Atlântica Sementes S.A	Participação em sociedades;
Nuseed PTY LTD	Compra de matéria-prima;
Nuseed S.A.	Contratação e concessão de Fiança Bancária.

As operações entre as partes relacionadas ocorrem, de transações entre empresas do grupo e suas controladas, conforme já mencionado, essas operações são realizadas em condições vigentes à época de cada transação, onde os preços, prazos e condições praticados podem variar conforme o tipo de produto e o que foi negociado entre as partes. Nas operações de compra de matéria-prima, o pagamento é efetuado com prazo médio de 175 dias e nas demais operações, varia de acordo com o contrato.

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativo circulante				
Contas a receber (nota explicativa 11)				
Nufarm S.A. - Argentina	4.610	3.964	4.615	3.964
Nufarm Chile	4.165	1.995	4.165	1.995
Atlântica Sementes S.A.	138	204	-	-
Nuseed Global Innovation LTD.	-	-	-	47
	<u>8.913</u>	<u>6.163</u>	<u>8.780</u>	<u>6.006</u>
Mútuos				
Nufarm S.A. - Argentina	-	4.585	-	4.585
Nuseed South América	6.109	5.404	6.109	5.404
	<u>6.109</u>	<u>9.989</u>	<u>6.109</u>	<u>9.989</u>
Ativo não-circulante				
Mútuo				
Nufarm S.A. - Argentina	-	11.678	-	11.678
	<u>-</u>	<u>11.678</u>	<u>-</u>	<u>11.678</u>
Passivo circulante				
Fornecedores				
Nufarm Austrália Limited	47.490	9.000	47.490	9.000
Nufarm Américas Inc.	1.805	1.410	1.805	1.410
Nufarm GMBH & Co.KG	35.455	22.295	35.455	22.295
Nufarm New Zeland Limited	-	68	-	68
Nufarm Services	230.618	164.251	230.618	164.251
Nufarm Crop Products UK Limited	2.658	1.662	2.658	1.662
Nufarm S.A. - Argentina	-	19	-	19
Nuseed PTY LTD	-	-	-	327
Nufarm S.A. - Argentina	-	-	67	206
	<u>318.026</u>	<u>198.705</u>	<u>318.093</u>	<u>199.238</u>
Outras contas a pagar				
Nufarm B.V.	4.119	3.434	4.119	3.434
Nufarm do Brasil Ltda.	298	249	298	249
	<u>4.417</u>	<u>3.683</u>	<u>4.417</u>	<u>3.683</u>
Empréstimos				
Nufarm Austrália Limited	22.272	17.723	22.272	17.723
Nufarm Treasury PTY Ltd	52.012	41.387	52.012	41.387
	<u>74.284</u>	<u>59.110</u>	<u>74.284</u>	<u>59.110</u>
Passivo não-circulante				
Fornecedores				
Nufarm SAS (França)	38	31	38	31

**Nufarm Indústria
Química e Farmacêutica S.A.**
Demonstrações financeiras em
31 de julho de 2018 e 2017

	Controladora		Consolidado	
Nufarm do Brasil Ltda.	1.680	1.401	1.680	1.401
Nufarm B.V.	9.164	7.641	9.164	7.641
	<u>10.882</u>	<u>9.073</u>	<u>10.882</u>	<u>9.073</u>
Resultado				
Receita de venda				
Nufarm S.A. - Argentina	4.713	9.006	4.713	9.006
Nufarm Chile	6.213	4.017	6.213	4.017
Nufarm Colombia	-	1.743	-	1.743
Atlântica Sementes S.A.	139	204	-	-
	<u>11.065</u>	<u>14.970</u>	<u>10.926</u>	<u>14.766</u>
CMV/CPV				
Nufarm S.A. - Argentina	(4.183)	(8.044)	(4.183)	(8.044)
Nufarm Chile	(5.430)	(3.226)	(5.430)	(3.226)
Nufarm Colombia	-	(1.694)	-	(1.694)
Atlântica Sementes S.A.	(98)	(125)	-	-
	<u>(9.711)</u>	<u>(13.089)</u>	<u>(9.613)</u>	<u>(12.964)</u>
Outras Receitas				
Nuseed Global Innovation LTD	-	-	498	763
Nufarm Australia Limited	1.222	5.836	1.222	5.836
	<u>1.222</u>	<u>5.836</u>	<u>1.720</u>	<u>6.599</u>
Receita de juros				
Nufarm S.A. - Argentina	1.194	689	1.194	689
Nuseed South América Ltda.	501	683	501	683
	<u>1.695</u>	<u>1.372</u>	<u>1.695</u>	<u>1.372</u>
Receita de Dividendos				
Atlântica Sementes S/A	1.921	553	1.921	553
	<u>1.921</u>	<u>553</u>	<u>1.921</u>	<u>553</u>
Despesa de juros				
Nufarm Austrália Limited	(907)	(862)	(907)	(862)
Nufarm Treasury PTY Ltd	(2.119)	(2.013)	(2.119)	(2.013)
	<u>(3.026)</u>	<u>(2.875)</u>	<u>(3.026)</u>	<u>(2.875)</u>

Remuneração pessoal-chave da administração

No exercício findo em 31 de julho de 2018, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Presidência e Diretores, totalizou R\$ 13.082 (R\$ 9.230 em 2017), e contempla apenas a remuneração direta, como salários, bônus e PPR (Programa de Participação no Resultado).

A Companhia e sua controlada não oferecem ao seu pessoal-chave nenhum tipo de benefício pós-emprego ou outro que não seja de curto prazo, inclusive benefícios de aposentadoria e pensão.

14 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS a recuperar	24.692	23.619	24.718	23.631
PIS/COFINS a recuperar	7.768	7.312	7.768	7.312
IRRF a recuperar	2.149	2.499	2.149	2.499
IPI a recuperar	51.564	45.672	51.564	45.672
Imposto de renda a recuperar	23.269	21.137	24.112	21.795
Outros impostos a recuperar	16.739	13.803	17.269	14.160
Total	126.181	114.042	127.580	115.069
Circulante	80.223	61.336	81.622	62.363
Não Circulante	45.958	52.706	45.958	52.706

ICMS a recuperar

A Companhia e sua controlada registra créditos de ICMS sobre aquisições de matérias-primas, embalagens e outros insumos aplicados no processo produtivo e, por outro lado, possui os seguintes benefícios fiscais, nas vendas, em cada Estado que possui um Centro de Distribuição - CD:

CD-Localização	Vendas dentro do Estado	Vendas fora do Estado
Ceará	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Mato Grosso	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
São Paulo	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Paraná	Diferido (alíquota zero)	Redução de 60% da base de cálculo
Bahia	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Tocantins	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Goiás	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Rio Grande do Sul	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo

Com relação aos créditos de ICMS do Estado do Paraná, a Companhia continua requerendo as suas homologações para transferência a terceiros, baseadas na norma de procedimento fiscal nº 001/2009.

Os créditos homologados são objeto de negociação com empresas detentoras de saldo devedor naquele estado. No ano 2018 foram disponibilizados na conta bancária da Companhia o montante de R\$ 1.848 (zero em 2017) decorrente da venda desses créditos. No que se refere aos créditos de ICMS no Estado do Rio Grande do Sul, a Administração da Companhia vem intensificando as operações de venda para as regiões sul e sudeste, sobretudo para o estado do Paraná, de modo a realizar o referido saldo com os débitos de ICMS incidentes sobre essas operações. Por conta dessa iniciativa, houve uma redução de 20% no saldo credor acumulado em relação ao ano anterior.

PIS e COFINS a recuperar

Créditos originários de compras de insumos e oriundos do programa REINTEGRA, instituído pelas Leis nº 12.546/2011 e nº 13.043/2014. A Administração utiliza montantes relevantes destes créditos através da compensação dos tributos incidentes sobre o lucro bem como dos demais tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, tais como os retidos na fonte.

IPI a recuperar

O significativo valor apresentado nessa conta é reflexo do reconhecimento em 2014 do valor de R\$ 40.269, relativo ao processo judicial de Crédito Prêmio de IPI, cuja decisão transitada em julgado reconhece o direito da Companhia a este crédito. As variações ocorridas entre os anos de 2016 e 2017 decorrem do procedimento usual de compensações de tributos federais com o crédito escriturado. Maiores informações estão divulgadas na nota explicativa nº 25.

As vendas dos produtos da Companhia, com exceção do Adesil, são beneficiadas pela alíquota zero do Imposto sobre Produtos Industrializados, e os créditos de IPI são originários de compras de insumos.

Como já mencionado, a Administração utiliza montantes relevantes destes créditos através da sua compensação com os tributos a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil, inclusive os retidos na fonte. Entretanto, com o advento da Lei 13.670, de 30 de maio de 2018, que impediu a compensação das estimativas mensais de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Companhia vem se utilizando de liminar para a utilização de seus créditos na compensação manual dos referidos tributos.

Outros impostos

Foram considerados como outros impostos a recuperar os valores correspondentes a pagamento de contribuição social e demais tributos.

15 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas a apropriar	6.706	8.618	6.724	8.634
Adiantamentos a funcionários	1.596	1.131	1.601	1.142
Operações de SWAP	7.929	-	7.929	-
Outras contas a receber	854	2.379	1.086	2.467
Total	17.085	12.128	17.340	12.243
Circulante	17.042	10.978	17.297	11.093
Não circulante	43	1.150	43	1.150

16 Depósitos judiciais

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Tributário	4.185	3.443
Trabalhista	193	175
Administrativo	6.817	4.988
Cível	268	268
Total	11.463	8.874

17 Ativo fiscal diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos da Companhia e sua controlada têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda e contribuição diferidos sobre diferenças				
Temporárias	35.211	17.580	35.211	17.580
Imposto de renda e contribuição diferidos sobre prejuízos fiscais	3.326	21.558	(1.116)	18.065
	38.537	39.138	34.095	35.645

Os valores de IRPJ- Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a CSLL- Contribuição Social sobre o lucro diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros provenientes de diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

Com base em estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito nos seguintes exercícios:

	Controladora	
	2018	2017
Agosto/17 a Julho/18	-	4.957
Agosto/18 a Julho/19	10.663	8.876
Agosto/19 a Julho/20	15.536	25.305
Agosto/20 a Julho/21	12.338	-
Total	38.537	39.138

a. Impostos diferidos sobre diferenças temporárias

Os saldos em 31 de julho de 2018 e 2017 têm a seguinte origem:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Adições temporárias:		
Provisão para redução do valor recuperável do contas a receber	6.011	699
Provisão para contingências	154	154
Provisão para fretes	761	1.178
Provisão para rebates	4.076	3.082
Provisão para deduções comerciais	4.713	1.263
Provisão para devoluções	698	698
Variação cambial	41.726	19.275
Instrumentos financ. Derivativos	5.610	9.969
Depreciação acelerada	2.023	1.770
Provisão gratificação	994	717
Provisão participação no resultado	4.284	-
Outras provisões	3.314	1.574
	<u>74.364</u>	<u>40.379</u>
Exclusões temporárias		
Variação cambial	(31.815)	(16.222)
Depreciação Lei 11.638	(7.338)	(6.577)
	<u>(39.153)</u>	<u>(22.799)</u>
Total	<u>35.211</u>	<u>17.580</u>

A composição da despesa do imposto de renda e contribuição social diferidos debitada no resultado é demonstrada como segue:

	2018	2017	2018	2017
Adições e (exclusões) temporárias				
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	5.313	(4.517)	5.313	(4.517)
Provisão para deduções comerciais	3.450	359	3.450	359
Provisão para rebates	994	(247)	994	(247)
Variação cambial	6.858	7.283	6.858	7.283
Provisão para gratificação	276	19	276	19
Provisão para perda de ativo	-	(3.380)	-	(3.380)
Outras adições/exclusões temporárias	739	(4.603)	(209)	(5.551)
	<u>17.630</u>	<u>(5.086)</u>	<u>16.682</u>	<u>(6.034)</u>
Prejuízos fiscais				
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal	(12.790)	(12.316)	(12.790)	(12.316)
Total	<u>4.840</u>	<u>(17.401)</u>	<u>3.892</u>	<u>(18.350)</u>

Prejuízos fiscais a compensar (*)

Em 31 de julho de 2018 e 2017, a Companhia e sua controlada possuem prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social a compensar sobre os seguintes valores-base:

	2018	2017
Prejuízo fiscal	180.619	235.030
Base negativa de contribuição social	180.619	235.030

18 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.	49	49	49	49
Atlântica Sementes SA	31.345	27.474	-	11.447
	31.394	27.523	49	11.496

18.1 Investimento em controlada

	2018	2017
	Atlântica Sementes	Atlântica Sementes Direta
Participação		
- Capital social	24.565	24.565
- Ações possuídas (quantidade)	2.331.474	1.189.052
- Ativo	60.375	59.205
- Passivo	29.030	27.780
- Patrimônio líquido (a)	31.345	31.425
- Equivalência patrimonial	-	-
- Participação no capital - % (b)	100%	51%
- Participação no patrimônio líquido (a x b)*	31.345	16.027
- Receitas	50.891	48.509
- Despesas	47.204	45.063
- Lucro do exercício	3.687	3.446

19 Outros Investimentos

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Fundo Investimento Direito Creditório - FIDC (i)	9.711	5.674
Certificado Recebíveis Agronegócio-CRA Mezanino (ii)(iii)(iv)	25.058	18.779
FIDC-Excesso Spread (v)	1.763	5.671
Certificado Recebíveis Agronegócio-CRA Subordinado (vi)	17.727	-
	54.259	30.124

- (i) Cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Nufarm Brasil;
- (ii) Investimento em “CRA Mezanino” da 2ª Série da 11ª emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A. celebrado em 5 de julho de 2016, na proporção de 10% do valor total da emissão.
- (iii) Investimento em “CRA Mezanino” da 4ª Série da 11ª emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A. celebrado em 01 de novembro de 2017.
- (iv) Investimento em “CRA Mezanino” da 2ª Série da 22ª emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio da Gaia Agro Securitizadora S.A. celebrado em 21 de novembro de 2017.
- (v) Excesso de *spread* das operações de securitização de recebíveis realizadas através do FIDC Nufarm Brasil e Octante Securitizadora S.A. O excesso de *spread* é uma taxa adicional incluída no custo de cessão com a finalidade de cobrir eventuais diferenças na remuneração fixa devida aos investidores da cota sênior em função de mudanças na taxa de CDI no decorrer da operação. O excesso de *spread* é um instrumento financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado.
- (vi) Investimento em Certificados de Recebíveis do Agronegócio subordinado da 3ª série da 6ª e 8ª emissão da Vert Companhia Securitizadora em 18 de agosto de 2017 e 06 de setembro de 2017 respectivamente.

20 Imobilizado

a. Movimentação do custo e depreciação acumulada

(i) Controladora

Custo											Total	
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Laboratório	Computadores e Periféricos	Ferramentas	Imobilizado em andamento		
Saldos em 01 de agosto de 2016	<u>588</u>	<u>25.722</u>	<u>16.083</u>	<u>3.325</u>	<u>5.400</u>	<u>23.034</u>	<u>1.504</u>	<u>4.946</u>	<u>37</u>	<u>2.292</u>	<u>82.931</u>	
Adições	-	-	1.497	183	1.293	24	541	849	-	4.968	9.942	
Baixas	-	-	(815)	(268)	(997)	-	-	(5)	-	(817)	(2.906)	
Transferências (*)	-	-	117	10	-	1.598	-	-	-	(1.938)	(213)	
Saldos em 31 de julho de 2017	<u>588</u>	<u>25.722</u>	<u>16.882</u>	<u>3.250</u>	<u>5.696</u>	<u>24.656</u>	<u>2.045</u>	<u>5.790</u>	<u>37</u>	<u>4.505</u>	<u>89.754</u>	
Adições	-	-	3293	130	1.313	393	774	805	-	19.365	26.398	
Baixas	-	-	(265)	(26)	(601)	-	(4)	(12)	-	(4.250)	(5.158)	
Transferências (*)	-	-	380	-	(235)	342	-	(4)	-	(497)	-	
Saldos em 31 de julho de 2018	<u>588</u>	<u>25.722</u>	<u>20.290</u>	<u>3.354</u>	<u>6.173</u>	<u>25.391</u>	<u>2.815</u>	<u>6.579</u>	<u>37</u>	<u>19.123</u>	<u>110.994</u>	
Depreciação											Total	
	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações	Laboratório	Computadores e Periféricos	Ferramentas	Telefones	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de julho de 2016	<u>-</u>	<u>(9.146)</u>	<u>(5.444)</u>	<u>(2.414)</u>	<u>(987)</u>	<u>(8.425)</u>	<u>(774)</u>	<u>(3.039)</u>	<u>(31)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(30.260)</u>
Adições	-	(450)	(1.547)	(172)	(680)	(1.142)	(110)	(718)	(1)	(143)	-	(4.963)
Baixas	-	67	1.450	91	641	228	-	2	-	-	-	2.479
Saldos em 31 de julho de 2017	<u>-</u>	<u>(9.529)</u>	<u>(5.541)</u>	<u>(2.495)</u>	<u>(1.026)</u>	<u>(9.339)</u>	<u>(884)</u>	<u>(3.755)</u>	<u>(32)</u>	<u>(143)</u>	<u>-</u>	<u>(32.744)</u>
Adições	-	(501)	(1.171)	(218)	(720)	(1.358)	(147)	(759)	(1)	(168)	-	(5.043)
Baixas	-	84	258	(51)	460	307	4	(28)	-	(114)	-	920
Transferências	-	-	(87)	(8)	92	2	-	5	-	(4)	-	-
Saldos em 31 de julho de 2018	<u>-</u>	<u>(9.946)</u>	<u>(6.541)</u>	<u>(2.772)</u>	<u>(1.194)</u>	<u>(10.388)</u>	<u>(1.027)</u>	<u>(4.537)</u>	<u>(33)</u>	<u>(429)</u>	<u>-</u>	<u>(36.867)</u>
Valor contábil											Total	
Saldos em 31 de julho de 2017	<u>588</u>	<u>16.193</u>	<u>11.341</u>	<u>755</u>	<u>4.670</u>	<u>15.317</u>	<u>1.161</u>	<u>2.035</u>	<u>5</u>	<u>440</u>	<u>4.505</u>	<u>57.010</u>
Saldos em 31 de julho de 2018	<u>588</u>	<u>15.776</u>	<u>13.749</u>	<u>582</u>	<u>4.979</u>	<u>15.003</u>	<u>1.788</u>	<u>2.042</u>	<u>4</u>	<u>493</u>	<u>19.123</u>	<u>74.127</u>

(ii) Consolidado

	Máquinas e Móveis e						Computadores				Imobilizado Benfeitoria em		Total
	Terrenos	Edificações	Equipamentos	Utensílios	Veículos	Instalações	Laboratório	E periféricos	Ferramentas	Telefones	Em andamento	Imóveis de Terceiros	
Custo													
Saldos em 01 de agosto de 2016	708	25.748	16.801	3.433	6.461	23.034	1.504	5.126	37	-	2.291	104	85.247
Adições	-	-	1.507	184	1.620	24	541	872	-	587	4.968	6	10.309
Baixas	-	-	(815)	(268)	(1.411)	-	-	(8)	-	(4)	(817)	-	(3.323)
Transferências	-	-	117	10	-	1.598	-	-	-	-	(1.938)	-	(213)
Saldos em 31 de julho de 2017	708	25.748	17.610	3.359	6.670	24.656	2.045	5.990	37	583	4.504	110	92.020
Adições	-	-	3.315	135	2.223	393	774	832	-	325	19.366	13	27.376
Baixas	-	-	(387)	(26)	(949)	-	(4)	(39)	-	-	(4.250)	-	(5.655)
Transferências	-	-	380	-	(235)	342	-	(4)	-	14	(497)	-	-
Saldos em 31 de julho de 2018	708	25.748	20.918	3.468	7.709	25.391	2.815	6.779	37	922	19.123	123	113.741
Depreciação													
Saldos em 31 de julho de 2016	-	(9.149)	(5.770)	(2.462)	(1.327)	(8.425)	(774)	(3.160)	(31)	-	-	(36)	(31.134)
Adições	-	(451)	(1.619)	(183)	(896)	(1.142)	(110)	(755)	(1)	(143)	-	(53)	(3.353)
Baixas	-	67	1.450	91	854	228	-	3	-	-	-	-	2.693
Saldos em 31 de julho de 2017	-	(9.533)	(5.939)	(2.554)	(1.369)	(9.339)	(884)	(3.912)	(32)	(143)	-	(89)	(33.794)
Adições	-	(502)	(1.239)	(228)	(966)	(1.358)	(147)	(772)	(1)	(168)	-	(34)	(5.415)
Baixas	-	84	342	(51)	680	307	4	(1)	-	(114)	-	-	1.251
Transferência	-	-	(87)	(8)	92	2	-	5	-	(4)	-	-	-
Saldos em 31 de julho de 2018	-	(9.951)	(6.923)	(2.841)	(1.563)	(10.388)	(1.027)	(4.680)	(33)	(429)	-	(123)	(37.958)
Valor contábil													
Saldos em 31 de julho de 2017	708	16.215	11.671	805	5.301	15.317	1.161	2.078	5	440	4.504	21	58.226
Saldos em 31 de julho de 2018	708	15.797	13.995	627	6.146	15.003	1.788	2.099	4	493	19.123	-	75.783

(*) Trata-se de imobilizado que foi classificado para intangível. (vide Nota Explicativa nº 21)

Conforme está demonstrado no quadro acima, a rubrica de imobilizado em andamento contempla os valores alocados a itens de imobilizado em construção ou em processo de montagem e instalação, onde neste período, realizou investimentos relevantes em seu parque fabril. A Companhia e sua controlada não possuem ativos imobilizados retirados das operações e separados, como também não possui ativos temporariamente paralisados.

Provisão para redução no valor recuperável

Em consonância com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos emanado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Companhia e sua controlada devem proceder com avaliação de recuperação dos ativos com vida útil definida caso existem indicativos de perda no valor recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de julho de 2018, foi identificado que a Companhia não possui ativos que tenham diminuído consideravelmente o seu valor de mercado, como também não ocorreram mudanças externas com efeito adverso sobre a Companhia e sua controlada no período em curso, e nem há perspectivas de mudanças significativas de curto prazo relacionadas a novas tecnologias, mercado, economia e legislação no mercado em que são utilizados os ativos. Não há plano de descontinuar ou reestruturar as operações, ou de proceder à baixa de um ativo em momento anterior à data esperada para o final de sua vida útil.

Diante das informações descritas acima não há indícios para registro de provisão para redução no valor recuperável para o exercício encerrado em 31 de julho de 2018.

21 Intangível

a. Movimentação do custo e amortização acumulada

(i) Controladora

Custo	Software	Custos de Desenvolvimento	Patentes e Marcas	Total
Saldos em 01 de agosto de 2016	<u>8.866</u>	<u>33.249</u>	<u>35.980</u>	<u>78.095</u>
Aquisição	323	1.529	73	1.925
Baixas	-	(7)	-	(7)
Transferências(*)	213	-	-	213
Saldos em 31 de julho de 2017	<u>9.402</u>	<u>34.771</u>	<u>36.053</u>	<u>80.226</u>
Aquisição	13.275	8.449	101	21.825
Baixas	-	(3)	-	(3)
Saldos em 31 de julho de 2018	<u>22.677</u>	<u>43.217</u>	<u>36.154</u>	<u>102.048</u>
Amortização				
Saldos em 31 de julho de 2016	<u>(1.997)</u>	<u>(2.916)</u>	<u>(89)</u>	<u>(5.002)</u>
Amortização	(799)	(684)	(532)	(2.015)
Saldos em 31 de julho de 2017	<u>(2.796)</u>	<u>(3.600)</u>	<u>(621)</u>	<u>(7.017)</u>
Amortização	(2.106)	(885)	(532)	(3.523)
Saldos em 31 de julho de 2018	<u>(4.902)</u>	<u>(4.485)</u>	<u>(1.153)</u>	<u>(10.540)</u>
Valor contábil				
Saldos em 31 de julho de 2017	<u>6.606</u>	<u>31.171</u>	<u>35.432</u>	<u>73.209</u>
Saldos em 31 de julho de 2018	<u>17.775</u>	<u>38.732</u>	<u>35.001</u>	<u>91.508</u>

(ii) Consolidado

Custo	Software	Custos de desenvolvimento	Lita de Clientes	Marcas e patentes	Ágio por Rentabilidade Futura Aquis. Investimentos	Total
Saldos em 01 de agosto de 2016	<u>8.922</u>	<u>33.250</u>	<u>5.904</u>	<u>37.999</u>	<u>13.857</u>	<u>99.932</u>
Aquisição	323	1.529	-	73	-	1.925
Baixas	-	(7)	-	-	-	(7)
Transferências	213	-	-	-	-	213
Saldos em 31 de julho de 2017	<u>9.458</u>	<u>34.772</u>	<u>5.904</u>	<u>38.072</u>	<u>13.857</u>	<u>102.063</u>
Aquisição	13.286	8.449	-	101	-	21.836
Baixas	-	(3)	-	-	-	(3)
Saldos em 31 de julho de 2018	<u>22.744</u>	<u>43.218</u>	<u>5.904</u>	<u>38.173</u>	<u>13.857</u>	<u>123.896</u>
Depreciação Amortização						
Saldos em 31 de julho de 2016	<u>(2.028)</u>	<u>(2.916)</u>	<u>(1.574)</u>	<u>(629)</u>	<u>-</u>	<u>(7.147)</u>
Amortização	(810)	(684)	(590)	(734)	-	(2.818)
Saldos em 31 de julho de 2017	<u>(2.838)</u>	<u>(3.600)</u>	<u>(2.165)</u>	<u>(1.362)</u>	<u>-</u>	<u>(9.965)</u>
Amortização	(2.117)	(885)	(590)	(734)	-	(4.326)
Saldos em 31 de julho de 2018	<u>(4.955)</u>	<u>(4.485)</u>	<u>(2.755)</u>	<u>(2.096)</u>	<u>-</u>	<u>(14.291)</u>
Valor contábil						
Saldos em 31 de julho de 2017	<u>6.620</u>	<u>31.172</u>	<u>3.739</u>	<u>36.710</u>	<u>13.857</u>	<u>92.098</u>
Saldos em 31 de julho de 2018	<u>17.789</u>	<u>38.733</u>	<u>3.149</u>	<u>36.077</u>	<u>13.857</u>	<u>109.605</u>

(*) Valor trata-se de intangível que estava classificado como imobilizado. (vide Nota Explicativa nº 20)

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente e, caso deixe de ser aplicável, a alteração na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva.

A Companhia possui um montante de R\$ 36.154 (R\$ 36.053 em 2017), registrado em patentes e marcas, sendo que R\$ 21.274 (R\$ 21.274 em 2017) corresponde a aquisições de licenças adquiridas de empresas da Companhia, R\$ 14.426 (R\$ 14.426 em 2017) corresponde a aquisições de licenças junto a terceiros e R\$ 453 (R\$ 353 em 2017) corresponde a despesas ocorridas para registro e manutenção de marcas. A Companhia possui um montante de R\$ 15.970 (R\$ 15.967 em 2017) de ativos intangíveis com vida útil definida.

22 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores nacionais	184.360	149.993	190.944	155.092
Fornecedores partes relacionadas (nota nº13)	328.909	207.779	328.976	211.996
Fornecedores internacionais	20.851	10.683	26.246	14.296
Operação “forfeiting”(a)	189.247	143.862	189.247	143.862
	<u>723.367</u>	<u>512.317</u>	<u>735.413</u>	<u>525.246</u>
Circulante	712.485	503.244	724.531	516.173
Não circulante	10.882	9.073	10.882	9.073

- (a) A Companhia possui convênios firmados com bancos parceiros que possibilitam estruturar, com seus principais fornecedores, uma operação de cessão de crédito usualmente denominada “forfeiting”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o banco, que por sua vez, passa a ser credor da operação. A Companhia revisou a composição da carteira desta operação e concluiu que não houve alteração significativa dos prazos, preços e condições originalmente estabelecidas com os fornecedores.

Em 31 de julho de 2018, o saldo a pagar negociado pelos fornecedores, relativo a essa operação totaliza R\$ 189.247 (R\$ 143.862 em 2017).

Adicionalmente ao mencionado na nota 12, o cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base em um prazo médio de vencimento de 216 dias a taxas anuais de 9,857% para fornecedores nacionais e 5,917% para fornecedores estrangeiros (mercado nacional 13,26% e mercado internacional 3,327% em 2017). A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face da compra é considerado como despesa financeira. O valor presente foi calculado utilizando a taxa média de captação no mercado. A exposição da Companhia aos riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores está divulgado na nota explicativa nº 36.

23 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os saldos de empréstimos, financiamentos estão compostos da seguinte forma:

	Referência	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Moeda nacional					
Capital de giro	A	83.353	259.259	88.486	268.609
FINEP	B	10.403	15.371	10.403	15.371
CCE	C	20.548	80.285	20.548	80.285
FINAME	D	117	190	117	190
CDC	E	-	-	682	321
DEBÊNTURES	F	197.970	-	197.970	-
FEPM	G	-	-	5.395	-
Subtotal em moeda nacional		<u>312.391</u>	<u>355.105</u>	<u>323.601</u>	<u>364.776</u>
Moeda estrangeira					
Resolução 4131	H	84.034	20.619	84.034	20.619
FIPOD	I	36.277	28.981	36.277	28.981
ACC		-	-	-	1.035
Subtotal em moeda estrangeira		<u>120.311</u>	<u>49.600</u>	<u>120.311</u>	<u>50.635</u>
(-/+ Ajuste a valor de mercado das operações de swap		-	3.769	-	3.769
Total de empréstimos e financiamentos		<u>432.702</u>	<u>408.474</u>	<u>443.912</u>	<u>419.180</u>

**Nufarm Indústria
Química e Farmacêutica S.A.**
Demonstrações financeiras em
31 de julho de 2018 e 2017

	Referência	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante		148.860	317.964	159.836	328.609
Não Circulante		283.842	90.510	284.076	90.571

Referência	Moeda	Indexador	Vencimento	Encargos 2017	Encargos 2018
					112,68%; 125,29%; 132% a 135%,148,98% do CDI;
A	Real	Pré e Pós	2018/2020	132% a 135% do CDI;	135%,148,98% do CDI,
B	Real	Pré	2018/2022	CDI+3,20% a CDI 4,5%aa	CDI+3,20% a CDI 4,5%aa
				4,50 a 5% a.a.	4,50% a 5% a.a.
				CDI+ 2,95% e	CDI+3,1% a.a., CDI+ 2,95% e
C	Real	Pré e Pós	2020	CDI+ 3,16% a.a.	CDI+ 3,16% a.a.
D	Real	Pré	2020	10,4% a.a.	10,9% a.a., 10,4% a.a.
E	Real	-	2018	-	0,99% a 1,66% a.m., 1,62% a 1,68% a.m.
F	Real	-	2021	-	CDI+2,3% a.a.
G	Real	Pré	2018	-	8,5% a.a.
H	DOLAR	USD	2018/2019	VC + 2,54% a.a.	VC+3,45% a.a.
I	DOLAR	USD	2019	-	-

A segregação de circulante e não circulante das debêntures registradas em 31 de julho de 2018 segue demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Circulante	134	-
Não circulante	197.836	-
	197.970	-

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
2019	134	-
2021	197.836	-
	197.970	-

Características da oferta

Debêntures	1ª. Emissão
Tipo	Simplex, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	20.000
Remuneração	Taxa DI + 2,3% a.a.
Emissão	15/07/2018
Vencimento	15/07/2021

A Companhia e sua controladora estão obrigadas, devido à primeira emissão de debêntures, a observar razão entre as contas de dívida financeira líquida e EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) e índice de cobertura de juros maior ou igual a 3,0 (três inteiros). A Companhia cumpriu com tais cláusulas em 31 de junho de 2018.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante de empréstimos e financiamentos da Controladora têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2018	2017
ago/18 a jul/19	-	57.422
ago/19 a jul/20	50.043	23.461
ago/20 a jul/21	226.857	9.627
ago/21 a jul/22	6.942	-
	<u>283.842</u>	<u>90.510</u>
Total	<u>283.842</u>	<u>90.510</u>

b. Garantias

As seguintes garantias foram dadas para os contratos de empréstimos e financiamentos em aberto:

	2018	2017
Duplicatas do contas a receber de clientes	6.999	16.333
Penhor de estoque	25.895	94.432
Parent Guarantee (garantia da Matriz - Nufarm Austrália Limited)	379.840	293.952
	<u>412.734</u>	<u>404.717</u>
	<u>412.734</u>	<u>404.717</u>

O financiamento obtido junto à FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos está garantido por carta de fiança bancária. A Companhia não está sujeita a cláusulas restritivas em seus contratos de financiamentos.

c. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Passivo		
<i>Em milhares de Reais</i>	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Saldo apresentado em 2017	<u>408.474</u>	<u>-</u>	<u>408.474</u>
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(772.600)	-	(772.600)
Empréstimos e financiamentos tomados	576.155	197.822	773.977
Juros pagos	(37.958)	-	(37.958)
	<u>(234.403)</u>	<u>197.822</u>	<u>(36.581)</u>
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>(234.403)</u>	<u>197.822</u>	<u>(36.581)</u>
Outras variações relacionadas com passivos			
Encargos financeiros reconhecidos no resultado	33.046	148	33.194
Variações cambiais reconhecidas no resultado	27.615	-	27.615
	<u>60.661</u>	<u>148</u>	<u>60.809</u>
Total de outras variações relacionadas com o passivo	<u>60.661</u>	<u>148</u>	<u>60.809</u>
Saldo em 2018	<u>234.732</u>	<u>197.970</u>	<u>432.702</u>

d. Descrição dos empréstimos bancários

1. Cédula de Crédito à Exportação - CCE

É uma linha de crédito em moeda local destinada a empresas que fazem parte da cadeia exportadora, para financiamento à exportação e à produção de bens para exportação, incluindo as atividades de apoio e complementação fundamentais à exportação.

2. Resolução nº 4.131/62

Cédula de Crédito Bancário - Repasse de recursos captados no exterior em moeda estrangeira via Resolução nº 4.131/62 com instituições financeiras.

3. Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

É uma linha de crédito em moeda local destinada a empresas para financiamento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.

4. FIPOD (Financing portfolio of defaulters)

Estrutura de financiamentos, em moeda estrangeira, para clientes com dificuldades financeiras momentâneas (e prorrogados), onde um banco financia este com o apoio da Companhia para liquidação dos valores devidos à Nufarm.

5. FINAME - (Financiamento de máquinas e equipamentos)

Financiamento por intermédio de instituições financeiras credenciadas, para produção e aquisição de máquinas, equipamentos e bens de informática e automação novos, de fabricação nacional e credenciados no BNDES

24 Financiamentos de tributos

	Indexador	Taxa de juros 2018 e 2017	Ano de vencimento	Controladora e Consolidado	
				2018	2017
FDI/Provin	TJLP	100%	2021	9.939	8.739
Circulante				(3.638)	(3.078)
Não circulante				6.301	5.661

Banco Bradesco FDI/PROVIN

O Governo do Estado do Ceará, dentro das políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial, decidiu subvencionar empresas cujas atividades são consideradas estratégicas para a economia local, por meio do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial -PROVIN, tendo como órgão gestor o Banco Bradesco S.A., sucessor do Banco do Estado do Ceará - BEC.

Com base na Resolução nº 148/2005 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial - CEDIN, emitido em 20 de outubro de 2005, foi firmado Termo de Acordo concedendo o diferimento do ICMS. O Termo de Acordo CEDIN nº 02/2005 concede a dilação do prazo de pagamento de parcela do saldo mensal de ICMS, com diferimento de 75% do ICMS recolhido mensalmente excedente e dentro do prazo legal pela sociedade empresária acordante beneficiária do PROVIN/FDI, incidente sobre operações resultantes de seu processo industrial,

com base na média dos valores em UC/FDI a ser determinada pelo Banco Bradesco, durante 96 meses, no período de dezembro de 2004 até novembro de 2012, nos termos da Resolução nº 148/2005 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial - CEDIN, renovado por mais 120 meses, no período de dezembro de 2012 até novembro de 2022, conforme ofício CEDIN nº 605/2012 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE, ratificado pelo 4º Aditivo ao Termo de Acordo CEDIN nº 02/2005.

O equivalente a 25% da parcela do ICMS diferido, com as atualizações previstas na legislação do FDI, será liquidado em uma só vez, no último dia útil do mês de vencimento, ao término do período de carência de 36 meses, contados a partir do desembolso.

Adicionalmente, o termo de acordo CEDIN condiciona a adoção de algumas medidas como: emissão do termo de declaração de ICMS Diferido, pagamento do ICMS porventura devido, manter em dia todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, inclusive o recolhimento das parcelas devidas ao PIS/PASEP, e cumprir as cláusulas atinentes ao protocolo de intenções e a resolução do CEDIN, e pagar as taxas e despesas decorrentes da fruição do benefício FDI/PROVIN.

A Companhia registra em seu passivo somente o valor correspondente a 25% relativo ao ICMS incentivado, por entender que todos os requisitos para a obtenção dos incentivos foram atingidos e que as obrigações de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, bem como o recolhimento dos valores remanescentes serão realizadas nos prazos estabelecidos.

O valor reconhecido no resultado do exercício de acordo com o parágrafo anterior pode ser identificado conforme segue:

Exercício	R\$
2012/2013	3.914
2013/2014	5.090
2014/2015	7.516
2015/2016	9.312
2016/2017	6.469
2017/2018	11.572
Total	43.873

A Companhia goza de outro incentivo fiscal, ligado à redução do imposto de renda nos termos da lei vigente, como segue:

Laudo Constitutivo nº 0133/2014

- **Atividade objeto da redução** - Fabricação de Defensivos Agrícolas - Herbicidas (inclusive os da base de Glifosato e 2,4D), Inseticidas e Fungicidas (inclusive os da base de Carbendazim) com capacidade instalada do empreendimento de 140.711.496 litros/ano (redução de 75% do imposto de renda e adicionais não dedutíveis, por um prazo de 10 anos, com início no ano calendário de 2014 e término no ano calendário de 2023). A abrangência do Laudo Constitutivo nº 0133/2014 contemplou os objetos de incentivo concedidos pelos Laudos Constitutivos nº 0033/2008 e 0041/2011, não se fazendo mais necessária a utilização destes Laudos para fins de fruição do benefício. O valor reconhecido no resultado do exercício referente à redução do imposto de renda e seus adicionais totalizou R\$ 6.184 (R\$ 500 em 2017).

25 Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS a recolher	4.408	4.202	4.408	4.255
CSLL/PIS/COFINS a recolher	683	104	686	107
ISS a recolher	316	44	317	46
IRRF a recolher	3.695	2.013	3.734	2.045
Imposto de renda e contribuição social (a)	12.761	3.472	16.485	5.955
INSS e FGTS a recolher	2.181	1.795	2.294	1.952
Provisão de férias, 13º salário e encargos	13.758	11.480	14.289	11.898
Provisão de gratificação e participação nos resultados	14.572	9.039	14.572	9.039
Outros	226	126	1.332	984
	52.600	32.275	58.117	36.281
Total				

(a) IR e CSLL estimativa mensal de julho de 2018.

Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

A Companhia aderiu, em setembro de 2017, ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), utilizando-se dos benefícios advindos da Medida Provisória nº 783/2017, convertida posteriormente na Lei nº 13.496/2017.

Os débitos incluídos no programa referem-se a autuações fiscais relativas aos tributos PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IPI, IRRF e Contribuição Previdenciária, cujos valores encontram-se abaixo detalhados:

Valor original	Juros	Multa de ofício	Multa de mora	Valor corrigido
4.117	6.389	1.440	812	12.758

A quitação dos débitos incluídos no programa, de acordo com a Lei, se deu da seguinte forma:

- (a) Pagamento à vista do valor correspondente a 7,5% do valor corrigido: R\$ 957
- (b) Redução de 50% das multas e 90% dos juros do saldo após o pgto. à vista: R\$ 6.360
- (c) Créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL: R\$ 5.441

Os seguintes valores foram utilizados na compensação: R\$ 16.004 de prejuízo fiscal e R\$ 16.004 de base negativa de CSLL.

26 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisões de rebates	11.708	8.785	11.708	8.785
Provisões de frete	8.726	10.342	8.726	10.342
Provisão para devolução	2.053	2.053	2.053	2.053
Provisões de diversas	13.861	3.715	13.861	3.715
Aquisição de negócios (a)	-	17.943	-	17.943
Outras contas a pagar partes relacionadas	4.417	3.683	4.417	3.683
Outras contas a pagar	5.543	5.874	5.572	5.874
	46.308	52.395	46.337	52.395
Circulante	46.308	52.395	46.337	52.395

(a) Referente ao reconhecimento do passivo financeiro relativo à *put option* - opção de compra de participação adicional dos acionistas não controladores da Atlântica Sementes S.A. (vide nota explicativa 28).

27 Provisão para contingências

A Companhia e sua controlada possuem ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Dessas ações são classificados pela Administração como riscos possíveis, levando em consideração as avaliações de seus consultores jurídicos internos e externos, para as quais não há provisão constituída, e estão estimadas em R\$ 105.904 em 2018 (R\$ 86.201 em 2017).

Processo 10380.730581/2013-67

Companhia recebeu auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil durante o exercício de 2013, quando foi questionada a dedutibilidade do ágio pago em aquisição de participação acionária da Agripec, bem como a dedutibilidade de perdas em operações no mercado de opções ocorrida no exterior, no período de 2006 a 2008. O crédito tributário levantado pelo auditor fiscal, em valores originais, é de R\$ 25.919 a título de Imposto de Renda e R\$ 9.361 a título de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. O processo encontra-se atualmente em 3ª instância administrativa, com decisão desfavorável à Companhia, ao qual foram interpostos Embargos de Declaração para esclarecer pontos da decisão. Após a análise deste recurso o processo descerá novamente para 2ª instância para cumprir determinação da 3ª instância e depois retornará à essa para nova análise. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, existem boas probabilidades de êxito, haja vista a existência de jurisprudências favoráveis sobre os assuntos. Estima-se um trâmite processual em torno de 10 a 15 anos para trânsito em julgado.

A Administração periodicamente, avalia os riscos contingentes, seguindo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, tendo como objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme seja o caso, as análises dos escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia.

Destes, somente as contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. As provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2018	2017
Trabalhistas	71	71
Cível	219	219
	<u>290</u>	<u>290</u>

Movimentação dos processos durante o exercício

	Trabalhista	Cível	Administrativa	Tributária	Total
Saldo em 31 de julho de 2016	71	2.018	1	3.188	5.278
Baixas/reversões	-	(1.799)	(1)	(3.188)	(4.988)
Saldo em 31 de julho de 2017	71	219	-	-	290
Baixas/reversões	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de julho de 2018	71	219	-	-	290

28 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia no exercício findo em 31 de julho de 2018 era de R\$ 793.289.360,25 (setecentos e noventa e três milhões, duzentos e oitenta e nove mil, trezentos e sessenta reais e vinte e cinco centavos) representado por 11.257.156 (onze milhões duzentas e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, estando assim distribuídas:

Composição

Acionista	2018		
	Quantidade	%	Valor
Nufarm Austrália Limited	11.257.155	100	793.289
Outros	1	-	-
Total	11.257.156	100	793.289

Reserva de capital

A utilização da reserva de capital obedece aos preceitos do artigo 200 da Lei 6.404/76. Esta reserva está constituída da seguinte forma:

	2018	2017
Reserva de incentivo fiscal	(165)	(165)
Incentivos fiscais Sudene	(3.266)	(3.266)
Reserva de capital - opção de compra	-	17.943
Reserva especial de ágio na incorporação	17.047	-
	13.616	14.512

Reserva de Incentivo Fiscal - PAT

A Companhia está cadastrada no PAT-programa de alimentação do trabalhador e constituiu em Abril de 2006 reserva de incentivo fiscal PAT referente aos exercícios de 2004 e 2005 no montante de R\$ 165.

Reserva de Capital - Subvenção recebida no âmbito da Sudene

A Companhia registrou como reserva de capital o montante de R\$ 3.266, relativo às subvenções recebidas no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE nos exercícios de 2005 e 2007. A classificação em conta de reserva de capital se deu em conformidade com o art. 182, § 1º, alínea “d”, da Lei nº 6.404/76, vigente no exercício em que tais subvenções foram devidas.

Reserva de Incentivo Fiscal - Subvenção recebida no âmbito da Sudene

A Companhia registrou como reserva de incentivo fiscal o montante de R\$ 10.728, relativo às subvenções recebidas no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE nos exercícios de 2014 a 2017. A classificação em conta de reserva de incentivo fiscal se deu em conformidade com o art. 195-A, da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 11.638/2007.

Reserva de Incentivo Fiscal - Subvenção recebida no âmbito do FDI do Governo do Estado do Ceará

A Companhia registrou como reserva de incentivo fiscal o montante de R\$ 40.506, relativo às subvenções recebidas no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), por meio do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial (PROVIN), concedido pelo Governo do Estado do Ceará, nos exercícios de 2011 a 2017. A classificação em conta de reserva de incentivo fiscal se deu em conformidade com o art. 195-A, da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 11.638/2007.

Reserva de capital - opção de compra

Neste exercício a companhia exerceu o seu direito de compra do restante das ações da Atlântica Semente, encerrando esta reserva que estava registrada no Patrimônio Líquido, com o valor de R\$ 17.943 em julho de 2017. Calculado conforme definido no Acordo de Sócios/Acionistas firmado em 23 de janeiro de 2013 entre Nuseed do Brasil S.A (incorporada pela Atlântica Sementes S.A), Agripac Boliviana Companhia Ltda. e Carlito Jacob Los, equivalente à projeção de 6 vezes o EBIT (Lucro antes dos juros e impostos) médio projetado para os anos 2016 e 2017, adicionado da despesa de amortização anual do ágio de acordo com os critérios de apresentação e evidenciação dos Instrumentos financeiros, estabelecidos no CPC 39 e CPC 40. Com isso não há mais a participação de acionistas não controladores na empresa investida

Reserva especial de ágio na incorporação

Com a aquisição total da Atlântica Sementes S.A, o ágio decorrente da operação passou a constituir esta reserva de capital em conformidade com o ICPC 09, em seu item 67.

Remuneração dos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório anual de 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. Nos exercícios encerrados em 31 de julho de 2018 e 2017, não houve distribuição de dividendos.

Outros Resultados Abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes os ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa.

29 Receita de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta				
Mercado interno	2.252.661	1.855.593	2.307.934	1.907.029
Mercado externo	10.926	14.766	10.926	14.766
Dedução da receita				
Devoluções e cancelamentos	(141.391)	(117.590)	(146.185)	(122.728)
Impostos incidentes sobre vendas	<u>(57.314)</u>	<u>(44.247)</u>	<u>(59.234)</u>	<u>(45.830)</u>
Receita líquida	<u>2.064.882</u>	<u>1.708.522</u>	<u>2.113.441</u>	<u>1.753.237</u>

30 Custos dos produtos vendidos e das mercadorias revendidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Matéria- prima	(930.064)	(674.013)	(931.314)	(675.345)
Produtos adquiridos para revenda	(438.712)	(460.358)	(458.965)	(483.499)
Embalagens	(86.031)	(59.141)	(86.118)	(59.201)
Mão-de-obra direta	(12.794)	(9.577)	(13.498)	(9.969)
Gastos gerais de fabricação	<u>(20.999)</u>	<u>(13.794)</u>	<u>(23.544)</u>	<u>(14.905)</u>
	<u>(1.488.600)</u>	<u>(1.216.883)</u>	<u>(1.513.439)</u>	<u>(1.242.919)</u>

31 Outras receitas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Outras vendas	809	429	809	429
Incentivo Fiscal - FDI PROVIN	11.572	6.469	11.572	6.469
Bonificação	10.451	5.996	10.451	5.996
Recup. outras despesas	1.413	578	1.413	578
Recup. desp. tributárias	4.223	2.433	4.223	2.433
Reversão para perdas	-	9.940	-	9.940
Outras receitas	<u>1.889</u>	<u>5.836</u>	<u>2.636</u>	<u>7.030</u>
Total	<u>30.357</u>	<u>31.681</u>	<u>31.104</u>	<u>32.875</u>

32 Despesas de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fretes sobre vendas	(82.987)	(67.302)	(84.278)	(68.630)
Salários e benefícios	(65.384)	(38.838)	(66.749)	(39.855)
Rebates	(54.250)	(42.512)	(54.250)	(42.512)
Armazenagem	(12.619)	(8.355)	(14.081)	(9.025)
Honorários profissionais	(2.002)	(1.152)	(2.196)	(1.355)
Perdas dedutíveis de clientes	(317)	(25.322)	(317)	(25.322)
Despesas com locomoção / viagens	(8.234)	(4.990)	(8.234)	(4.990)
Promoções / publicidades	(7.238)	(6.721)	(7.238)	(6.793)
Depreciação e amortização	(1.157)	(721)	(1.260)	(721)
Seguro	(2.918)	(7.703)	(2.918)	(7.703)
Outros	(11.363)	(4.356)	(12.063)	(5.402)
Provisão para recuperabilidade do contas a receber	(15.626)	13.286	(16.707)	13.414
	(264.095)	(194.686)	(270.291)	(198.894)

33 Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários e benefícios	(63.898)	(63.105)	(67.673)	(66.425)
Honorários profissionais	(27.140)	(16.072)	(28.303)	(17.247)
Depreciação e amortização	(5.225)	(3.919)	(6.388)	(5.103)
Seguros	(3.687)	(4.954)	(3.755)	(5.013)
Locações diversas	(2.916)	(3.246)	(3.109)	(3.436)
Impostos e taxas diversas	-	-	(56)	(46)
Manutenção e conservação	(3.770)	(3.567)	(4.130)	(3.943)
Outros	(12.043)	(6.261)	(13.577)	(7.435)
	(118.679)	(101.124)	(126.991)	(108.648)

34 Outras despesas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Gastos com recolhimento de embalagens	(4.676)	(3.075)	(4.676)	(3.075)
Outros	(9.829)	(5.459)	(9.829)	(5.459)
	(14.505)	(8.534)	(14.505)	(8.534)

35 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas financeiras				
Variações cambiais	(124.855)	11.518	(127.325)	9.172
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(84.475)	(98.232)	(85.252)	(98.934)
Juros sobre debêntures	(134)	-	(134)	-
Ajuste a valor presente	(7.667)	(6.881)	(7.667)	(6.881)
Juros	(127)	(429)	(196)	(601)
Juros / multas fiscais de mora - REFIS	(7.317)	(8.701)	(7.317)	(8.701)
Descontos concedidos	(25.253)	(22.830)	(25.614)	(22.962)
I.O.F.	(5.139)	(4.427)	(5.209)	(4.497)
Ajuste swap / mercado de derivativos	(21.550)	(39.310)	(21.550)	(39.310)
Outras	(4.065)	(683)	(4.166)	(778)
	(280.582)	(169.975)	(284.430)	(173.492)
Receitas financeiras				
Juros ativos	11.777	19.202	11.936	18.709
Variações cambiais	53.422	(11.720)	54.414	(9.686)
Descontos obtidos	122	506	179	630
Rendimento de aplicação financeira	2.728	3.350	2.966	3.439
Ajuste a valor presente	17.774	13.990	17.774	13.990
Ajuste swap / mercado de derivativos	67.926	18.056	67.927	18.056
Outras receitas financeiras	8.434	1.608	8.434	1.608
	162.183	44.992	163.630	46.746
Resultado financeiro líquido	(118.399)	(124.983)	(120.800)	(126.746)

36 Instrumentos financeiros

De acordo com o andamento natural de seus negócios, a Companhia possui exposição a algumas perspectivas de risco, sendo em natureza de mercado (relacionados à oscilação das taxas de juros e variações cambiais), de crédito (relativo a suas vendas a prazo) e de liquidez (disponibilidade e acesso imediato a soluções de caixa). Seu devido gerenciamento reflete uma das principais responsabilidades da Administração.

A gestão de riscos da Companhia possui foco na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca mitigar potenciais consequências adversas no resultado financeiro, através da utilização de instrumentos de proteção que são integralmente reconhecidos em sua contabilidade e sem caráter especulativo. São adotadas estratégias operacionais na gestão de instrumentos financeiros a fim de gerar maior liquidez, segurança e rentabilidade por meio de constantes controles e rotinas de comparação entre as taxas contratadas e taxas de mercado.

A Companhia possui e segue uma política de gerenciamento de riscos que visa a contribuir para um equilíbrio padrão entre os seus objetivos de evolução e retorno e seu nível de exposição a riscos, mesmo que sejam inerentes ao próprio exercício das suas atividades ou decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

Os instrumentos financeiros são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo exceto quando mencionado, em conta de ativo ou passivo, conforme o valor justo represente um saldo positivo ou negativo e podem ser designados ou não designados para *hedge accounting*. As variações periódicas de seu valor justo são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando for designado e qualificado para *hedge accounting*.

a. Instrumentos Financeiros por categoria e evidenciação do valor justo

	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
				2018	2017	2018	2017
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Aplicações financeiras	10	Mantidos para negociação	Nível 2	20.657	21.126	20.657	21.126
				20.657	21.126	20.657	21.126
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo							
Caixas e equivalentes de caixa	9	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	104.172	31.992	104.172	31.992
Contas a receber de clientes	11	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	1.009.150	1.043.321	1.009.150	1.043.321
Créditos com empresas ligadas	13	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	6.109	21.667	6.109	21.667
Outros créditos	15	Outros ativos financeiros	Nível 2	17.085	12.128	17.085	12.128
Outros investimentos	19	Mantidos até o vencimento	Nível 2	54.259	30.124	54.259	30.124
				1.190.775	1.108.108	1.190.775	33.795
Passivos financeiros mensurados ao valor justo							
Swaps de taxa de juros não designados para hedge accounting		Empréstimos e recebíveis	Nível 2	-	-	-	3.769
Passivos financeiros mensurados a custo amortizado							
Fornecedores	22	Outros passivos financeiros	Nível 2	727.785	515.999	727.785	515.999
Empréstimos em moeda nacional	23	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	312.391	355.105	312.391	355.105
Empréstimos em moeda estrangeira	23	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	120.311	49.600	121.886	50.357
Empréstimos com partes relacionadas	13	Outros passivos financeiros	Nível 2	74.284	59.110	74.284	59.110
Outras contas a pagar	26	Outros passivos financeiros	Nível 2	41.890	48.712	41.890	48.712
				1.276.661	1.028.526	1.276.661	1.028.526

b. Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias padronizadas de avaliação. Contudo, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado, para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas de valor justo acima não obrigatoriamente indicam os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia mantém aplicações financeiras registradas pelo valor justo, cujo processo de mensuração está classificado no Nível 2, conforme previsto no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

c. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)

Os valores das aplicações financeiras registrados nas demonstrações financeiras como equivalentes de caixa se aproximam dos valores de realização, em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilidade imediata.

Empréstimos e Financiamentos

O valor justo dos financiamentos foi determinado com base no valor presente do principal e dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros pré ou pós fixados, negociadas junto às instituições financeiras e apuradas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia (vide nota explicativa nº 23).

Contratos de Swap

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado com base no valor presente das taxas futuras nas datas de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Tais informações também são confrontadas com aquelas prestadas pelas instituições financeiras envolvidas.

Contas a Receber, outros créditos, fornecedores e contas a pagar

Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, considerando que as operações realizadas em geral não ultrapassam o limite do curto prazo

d. Hierarquia do valor justo

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados está demonstrada a seguir:

Nível 1

São preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;

Nível 2

São informações, que não os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

Nível 3

São informações não observáveis para o ativo ou passivo.

e. Gerenciamento de riscos financeiros

Riscos de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito, principalmente de clientes e de instituições financeiras, decorrente de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras.

A Companhia possui uma política de crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos.

A determinação do limite ocorre por meio de análise de crédito, considerando: (i) informações cadastrais; (ii) informações econômico-financeira; (iii) histórico de compras e pagamento; (iv) informações restritivas de mercado, e (v) garantias.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a realização de análise técnica rigorosa na concessão de crédito e estabelecimento de limites de crédito aos clientes, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seus recebíveis. Desde agosto de 2012 a Companhia vem contratando seguro de crédito com a seguradora Crédito y Caucion como ferramenta de mitigação de risco.

A Companhia apresenta uma carteira de recebíveis bastante pulverizada, distribuída entre mais de 1.200 clientes ativos, não havendo, portanto, concentração de valores que coloque em risco a liquidez da carteira

Atualmente, a Companhia possui provisão para perda no valor recuperável de contas a receber de clientes, no montante de R\$ 44.792 (R\$ 29.166 em 2017).

A Companhia também está sujeita a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras e, para mitigar tais riscos, diversifica a sua exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

A exposição máxima ao risco de crédito para “contas a receber e aplicações financeiras” é o qual já está registrado em nota explicativa:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017	2018	2017
Aplicações financeiras	-	1.843	-	1.843
Contas a receber de clientes	796.386	831.735	817.084	856.311

Riscos de liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos líquidos para honrar os compromissos financeiros da Companhia, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O risco de liquidez da Companhia é gerenciado de forma sistemática através de instrumentos de medição e monitoramento de liquidez como a projeção do fluxo de caixa para o período de 12 meses e o acompanhamento dos indicadores corporativos de liquidez. A partir deste monitoramento, a Companhia traça estratégias para otimização das disponibilidades, redução de capital de giro e ampliação das fontes de financiamento.

As principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia concentram-se no próprio volume de recursos oriundos da comercialização de seus produtos, dos valores recebidos a título mútuo de partes relacionadas, de fontes tradicionais de financiamento bancário de curto e longo prazo e, ainda, de operações de securitização de recebíveis.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos estão apresentados na Nota Explicativa nº 23.

Risco cambial

Os resultados da Companhia estão sujeitas a variações relevantes em relação aos efeitos da volatilidade de taxa de câmbio sobre os ativos e passivos indexados a moedas estrangeiras, essencialmente ao dólar norte-americano, no tocante a recebíveis, importações de matérias-primas, financiamentos bancários e mútuos com partes relacionadas.

Como estratégia direcionada a mitigação dos efeitos da oscilação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia procura reduzir o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, seja através da proteção cambial natural de operações ativas e passivas, seja através da contratação de operações de instrumentos financeiros derivativos. Nesse sentido, a Política de *Hedge* tem como objetivo principal preservar a rentabilidade da Companhia contra potencial desvalorização cambial através de contratação instrumentos financeiros.

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Mensal de Risco em consonância com as Políticas de *Hedge*. O Comitê estabelece as diretrizes, limites e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições cambiais e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

A Política prevê a proteção mínima de 80% da exposição líquida dos passivos e ativos da Companhia através de operações de NDF, Futuro BM&F, *Call Option*, *Put Option*, *Collar*, *Swaps*, que sempre devem ser aprovadas pelo Comitê de Mensal de Risco. Instrumentos derivativos adicionais e níveis de proteção abaixo do exigido por política devem ser aprovados no Comitê Mensal. A conformidade da Política é reforçada através da elaboração de relatórios diários com a exposição cambial, posição detalhada de derivativos e marcação a mercado das operações.

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte - base em valores nominais:

	2018	2017
Ativos		
Contas a receber	63.705	71.721
Empréstimos concedidos - Partes relacionadas	-	5.194
	<u>63.705</u>	<u>76.915</u>
Passivos		
Fornecedores circulante	(63.378)	(55.987)
Fornecedores - Partes relacionadas	(48.371)	(25.504)
Empréstimos e financiamentos	(32.041)	(15.843)
Empréstimos - Partes relacionadas	(23.858)	(22.973)
	<u>(167.648)</u>	<u>(120.307)</u>
Hedges e swaps	<u>83.161</u>	<u>47.600</u>
Exposição líquida	<u>(20.782)</u>	<u>4.208</u>

Análise de sensibilidade - Risco cambial

Em 31 de julho de 2018, a Companhia encerrou o exercício com uma exposição líquida passiva ao risco de câmbio no montante de US\$ 20.782 (US\$ 4.208 em 2017) e o dólar encerrou com cotação de R\$ 3,7549 (R\$ 3,1307 em 2017).

Considerando a manutenção da exposição cambial líquida no mesmo nível de 2018, o efeito líquido da valorização do dólar em relação ao real para três cenários distintos seria:

Risco: alta do dólar	Cenários			
	Saldo em 31.07.18	Provável USD	Possível USD + 25%	Remoto USD + 50%
	USD mil	3,7549	4,693625	5,63235
Exposição antes de hedges e swaps (103.943)		(390.296)	(487.869)	(585.443)
Hedges & Swaps 83.161		1	390.327	468.392
Exposição passiva líquida (20.782)		(78.034)	(97.543)	(117.051)
		-	19.508	39.017

Risco: alta do dólar	Cenários			
	Saldo em 31.07.17	Provável USD	Possível USD + 25%	Remoto USD + 50%
	USD mil	3,1307	3,913375	4,69605
Exposição antes de hedges e swaps	(43.392)	(135.846)	(169.807)	(203.769)
Hedges & Swaps	47.600	149.021	186.277	223.532
Exposição passiva líquida	4.208	13.175	16.469	19.763
Efeito líquido estimado no resultado financeiro (perda)		-	3,294	6.588

Riscos da taxa de juros

Este risco surge da possibilidade de existirem oscilações relevantes nas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos captados no mercado e indexados a taxas de juros variáveis (CDI e TJLP).

Em 31 de julho de 2018, o cenário de exposição atrelado a estas taxas totalizava o montante líquido ativo de R\$344.867 (R\$ 330.168 em 2017). A análise de sensibilidade levou em consideração

	2018	2017
Ativos financeiros	93.366	18.002
Passivos financeiros	(438.233)	(348.170)
Risco líquido total	344.867	330.168

A análise de sensibilidade considera a exposição líquida das aplicações financeiras atreladas à CDI no valor de R\$ 93.366, deduzido do saldo dos empréstimos e financiamentos também atrelados a CDI e, ainda, o saldo atrelado à TJLP no valor de R\$ 9.939 em 2018. Tal análise leva em consideração três cenários, onde o cenário provável reflete a previsão do mercado para a taxa de juros futura e os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco em 25% e 50%, respectivamente.

Na avaliação da Administração, a redução de 25% e 50% no CDI e na TJLP trariam um impacto negativo ou positivo de R\$ 158 e R\$ 332, respectivamente, no resultado financeira da Companhia.

Levando em consideração o atual cenário econômico nacional e, tendo em vista as projeções de mercado para o comportamento das taxas Selic e TJPL, a Administração da Companhia entende como moderado o risco de variações materiais nestas taxas para o próximo exercício.

<i>Análise de Sensibilidade 2018</i>	Saldo Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Possível	Cenário Remoto
Total Ativos Financeiros	93.366	93.653	93.725	93.796	93.580	93.507
Total Passivos Financeiros	<u>261.440</u>	<u>261.440</u>	<u>262.506</u>	<u>262.926</u>	<u>261.670</u>	<u>261.254</u>
Risco Líquido Total	<u>354.806</u>	<u>355.093</u>	<u>356.231</u>	<u>356.722</u>	<u>55.250</u>	<u>54.761</u>
Impacto no P&L	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.138</u>	<u>1.629</u>	<u>157</u>	<u>(332)</u>

<i>Análise de Sensibilidade 2017</i>	Saldo Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Possível	Cenário Remoto
Total Ativos Financeiros	18.002	18.002	18.065	18.098	17.998	17.964
Total Passivos Financeiros	<u>348.170</u>	<u>348.170</u>	<u>350.268</u>	<u>351.656</u>	<u>347.540</u>	<u>346.219</u>
Risco Líquido Total	<u>330.168</u>	<u>330.168</u>	<u>332.203</u>	<u>333.558</u>	<u>329.542</u>	<u>328.255</u>
Impacto no Resultado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.035</u>	<u>3.390</u>	<u>(626)</u>	<u>(1.913)</u>

Gestão de capital

Os objetivos da Administração na gestão do capital da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de retorno ao acionista e manter uma sólida base de capital para ampliar a confiança do investidor, do credor e do mercado além de possibilitar o desenvolvimento do negócio.

A Administração monitora o capital, através da análise de sua situação financeira, por entender que este indicador reflete de forma mais adequada o nível de endividamento da Companhia e da capacidade de pagamento.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2018	2017
Total dos empréstimos e financiamentos	432.701	419.180
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(104.172)	(36.429)
Dívida líquida	<u>328.529</u>	<u>382.751</u>
 Total do patrimônio líquido	 <u>698.780</u>	 <u>628.199</u>
 Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido (%)	 <u>47,01%</u>	 <u>60,93%</u>

A variação do índice de alavancagem financeira é representada pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido. O indicador ao final de 2018 foi de 47,3% (60,93% em 2017). A queda apontada neste indicador deu-se, principalmente, pelo aumento da Geração de Caixa, e do Patrimônio Líquido da Companhia.

37 Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social correntes

A composição da despesa do imposto de renda e contribuição social corrente debitada no resultado da Companhia é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	83.725	84.752
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas fiscais combinadas de 25% e 9%	28.467	28.816
Adições temporárias e permanentes		
Provisão para rebates	14.042	10.225
Variação cambial	6.858	7.283
Provisão de fretes	-	927
Ajuste a valor presente sobre receita de vendas	6.941	7.766
Ajuste a valor presente sobre fornecedores	2.623	2.340
Outras adições	7.815	-
	38.279	28.541
Exclusões temporárias e permanentes		
Ajuste a valor presente de clientes	(7.033)	(5.059)
Ajuste a valor presente sobre custos	(2.232)	(2.343)
Reversão provisão ao valor recuperável do contas a receber	(489)	(8.689)
Provisão rebates	(13.049)	(10.471)
Variação cambial	-	-
Depreciação Lei 11.638/07	(761)	(871)
Juros capital próprio	-	(6.663)
Provisão para perda de ativo	-	(3.380)
Provisão de fretes	(549)	-
Outras exclusões	-	(3.513)
	(24.113)	(40.989)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido sobre lucro	-	(10.578)
Efeito da compensação de 30% prejuízos fiscais	(12.790)	(1.737)
Isenção do incentivo do PAT	(272)	(25)
Efeito do adicional de 10% cálculo do imposto de renda	(24)	(31)
Efeito do lucro da exploração	(8.913)	(516)
Efeito do benefício fiscal da Lei do Bem	-	-
Doações Incentiv. (Rouanet, Criança e Adolesc., Idoso, Esporte)	(427)	-
Outros	-	-
	(22.426)	(12.887)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	20.207	3.480
Alíquota efetiva	24,135%	4,108%

38 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

39 Transações não caixa

Durante o exercício de 2018, a Companhia realizou as seguintes atividades não caixa que não são refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa:

	Controladora 2018	Consolidado 2018
Investimento - ágio transferido para patrimônio líquido	(10.894)	(10.894)
Put Options - baixa do valor decorrente do exercício da opção	17.943	17.943
PERT- para adesão foi utilizado	5.441	5.441
Total	12.490	12.490

* * *

Composição do Conselho de Administração

Greg Hunt
Presidente

Conselheiros:

Elbert Prado

Marcos Couto Gaio

Greg Hunt

Paul Andrew Binfield

Composição da Diretoria

Marcos Couto Gaio
Diretor - Presidente da América Latina

Iara Aparecida Lopes de Oliveira Souza
Diretora Financeira da América Latina

Gilberto Bento Schiavinato
Diretor Presidente do Brasil

Celso Luis Lara Macedo
Diretor de Soluções de Portifólio da América Latina

Cyro Eduardo Pecora Júnior
Diretor de Operações da América Latina

Zilmar Monteiro Lima
Contadora CRC CE 021224/O